PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

SARA BESSA BUENO



**EDUCAÇÃO PARA REPRODUÇÃO – UMA ANÁLISE DA ESCOLA COMO AGENTE POTENCIALIZADOR DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL DO ESTADO NOVO (1937-45)**

GOIÂNIA

2021

SARA BESSA BUENO

**EDUCAÇÃO PARA REPRODUÇÃO – UMA ANÁLISE DA ESCOLA COMO AGENTE POTENCIALIZADOR DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL DO ESTADO NOVO (1937-45)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de licenciatura em História.

Orientador (a): Prof. Dra. Lúcia Helena Rincon Afonso.

GOIÂNIA

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

SARA BESSA BUENO

**EDUCAÇÃO PARA REPRODUÇÃO – UMA ANÁLISE DA ESCOLA COMO AGENTE POTENCIALIZADOR DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL DO ESTADO NOVO (1937-45)**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para a obtenção do título de licenciatura em História.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Dra. Lúcia Helena Rincon Afonso.

Orientador (a)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Prof. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita.

Avaliador (a)

**AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por me capacitar a realizar essa pesquisa. Sou grata aos momentos em que minhas forças vieram dele, para continuar, mesmo nos momentos em que me encontrava exausta. Agradeço por não me deixar esquecer meu objetivo principal, lutar para que todos, independentemente de sua classe social, em todos os lugares do país, tenham acesso e direito a uma educação de qualidade.

Em segundo plano, agradeço aos meus pais por terem sido minha base, me apoiando e incentivando, sem eles eu não alcançaria a glória de concluir minha primeira graduação, meu primeiro sonho acadêmico. Sou a primeira da família a me formar, espero de mim venham mais, mas não graças a mim e sim a eles. Tudo que eu tenho ou conquistei, devo aos meus pais. A vocês minha eterna gratidão.

Prosseguindo, agradeço a minha orientadora Lúcia Helena Rincon Afonso, sem ela não teria alcançado os resultados que alcancei. Sua paciência, dedicação compreensão, são admiráveis no âmbito profissional e pessoal. Obrigada por me impulsionar e me desenvolver como pesquisadora, me senti em todos os momentos honrada em ser sua orientanda. Uma mulher forte, inteligente e admirável, o Brasil precisa de pesquisadoras como Lucia Afonso, capaz de quebrar paradigmas e se posicionar em prol da luta pelos direitos das mulheres, ocupando os espaços e derrubando o machismo da academia.

Continuo os meus agradecimentos estendendo-os ao professor Antonio Luiz de Souza a quem posso afirmar ser uma grande admiradora. Um profissional de excelência que me forneceu uma excelente base para a pesquisa e me incentivou em diversos momentos, seja com palavras, leituras, apoio ou discussões sobre o tema. Ressalto e deixo registrado que se algum dia eu ser a metade do profissional que esse professor é, terei alcançado os meus objetivos.

Finalizando, agradeço aos meus amigos e colegas de curso, em especial a Thays Ribeiro de Souza Borzuk que se tornou nesses quatro longos anos mais que minha amiga, uma irmã. Obrigada por me impulsionar a querer sempre mais e por acreditar nos momentos em que eu perdi a fé. Essa pesquisa não é apenas minha, mas mérito de todos os que citei e não citei, a vocês minha eterna gratidão.

*“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”*

(Nelson Rolihlahla Mandela)

**RESUMO**

Esse trabalho monográfico tem como objetivo abordar a relação entre educação e desigualdade potencializada sobretudo durante o Estado Novo, o qual ocorreu entre os anos de 1937 a 1945 sob a liderança do ex presidente da República brasileira, Getúlio Dornelles Vargas. Partiu-se da hipótese de a Reforma de Capanema em 1942 colabou para o cenário dual da educação brasileira que se tornou ainda mais acentuado, pois, dividiu-se em educação propedêutica e técnica a partir das Leis Orgânicas do Ensino com o ex Ministro Gustavo Capanema. Nesse contexto, para a elite seria destinada uma educação de qualidade que fosse capaz de prepara-los para ingressar no ensino superior e torna-se dirigentes intelectuais do país, enquanto aos pobres seria reservado a educação profissionalizante os formando-os para ingressar no mercado de trabalho imediato. Tais problemáticas refletem no questionamento de que sujeito o Capitalismo precisa para garantir sua manutenção? Visto que, a Reforma correspondia a uma exigência do Capital.

**Palavras-Chave:** Educação; Estado Novo; Reforma de Capanema; Capitalismo.

**ABSTRACT**

This monographic work aims to address the relationship between education and inequality, especially during the Estado Novo, which took place between 1937 and 1945 under the leadership of the former president of the Brazilian Republic, Getúlio Dornelles Vargas. We started from the hypothesis that the Capanema Reform in 1942 contributed to the dual scenario of Brazilian education, which became even more accentuated, as it was divided into propaedeutic and technical education from the Organic Laws of Education with former Minister Gustavo Capanema. In this context, quality education would be destined for milk, capable of preparing them to enter higher education and become the country’s intellectual leaders, while professional education would be reserved for the poor, training them to enter the market of immediate work. Such issues reflect in the question of what subject does Capitalism need to guarantee its maintenance? Since, the Reformation corresponded to a requirement of Capital.

**Keywords:** Education; Estado Novo; Capanema and the Reform; Capitalism.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**...........................................................................................................10

**1. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE – EDUCAÇÃO PARA A VIDA OU PARA O CAPITAL?**..................................................................................................................19

* 1. Pequena recuperação da história da educação burguesa................................19

1.2. Brasil do século XX- o movimento Escola Nova...............................................24

1.3. Moderno, modernidade e modernização. Por que a era Vargas foi uma modernidade conservadora?..................................................................................27

 1.4. A trajetória de Getúlio Dornelles Vargas na política brasileira........................32

1.5. Golpe, Revolução ou Contra Revolução – a década de 1930 educação como instrumento de poder na era Vargas......................................................................37

**2. EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER NA ERA VARGAS**....................................................................................................................44

 2.1. A educação no período estado-novista (1937 – 1945) .................................50

 2.2. As reformas educacionais na era Vargas.......................................................56

2.3. A Reforma de Capanema – a concretização da dualidade entre ensino técnico e propedêutico........................................................................................................61

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.......................................................................................70

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**..........................................................................74

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa teve seu ponto de partida com a questão norteadora, assim formulada devido a questionamentos sobre o porquê de a educação ter um caráter dual, propedêutica para alguns e profissionalizante para outros, buscando-se ainda, compreender como a mesma articula-se ao sistema Capitalista atendendo a suas demandas.

Para contextualizar esta pesquisa no cenário brasileiro do governo de Getúlio Vargas, é fundamental, conhecer que, ao assumir o poder no ano de 1930, Getúlio Vargas foi responsável pela implementação da industrialização brasileira, tornando-se o consolidador da modernidade articulada à indústria no Brasil que superaria a ideia de atraso. Até a década de 30 a estrutura econômica do país dependia do setor agroexportador, principalmente o café e sob a liderança política do presidente foram implementados projetos de industrialização com objetivo de impulsionar a economia brasileira.

### A industrialização no país começou a desenvolver-se por meio da substituição de importações, e sua primeira fase corresponde aos anos de 1930 a 1940 focada na produção de bens de consumo imediatos. As demais consequências desse momento de transição correspondem a ascensão de uma burguesia urbana e o início da decadência das oligarquias, além de que:

## Promoveu a incorporação do proletariado à sociedade moderna. A proposta do governo Vargas era de promover o desenvolvimento tecnológico para a indústria e a formação do trabalhador ideal nos moldes da nova subordinação do trabalho ao capital. (ALCOFARADO, 2018, p.1)

O governo de Getúlio Vargas pretendia reestruturar a sociedade brasileira, na qual o poder era centrado na mão de poucos e nesse sentido o processo de urbanização foi crucial. Porém, Getúlio fomentou ainda mais as desigualdades presentes desde sempre na história do Brasil, possibilitando concluir esse pensamento através de uma análise do cenário educacional. Desse modo, seu governo traz uma modernização que não consegue romper com os moldes conservadores por privilegiar uma nova elite.

As indústrias começaram a demandar a necessidade de capacitar mais mão de obra, fomentando ainda os âmbitos sociais, políticos e econômicos. A crise de 1929 que ocorreu devido à queda da bolsa de valores em Nova Iorque, afetou a economia brasileira no sentido em que o café, o principal produto de exportação do país, sofreu uma queda em seu preço. A crise possibilitou ferramentas para que o Estado se tornasse mais intervencionista na economia e consequentemente utilizasse da educação para legitimar seu poder.

A criação do MES (Ministério da Educação e Saúde) em 1930, foi uma das primeiras ações de Getúlio Vargas no poder, como explicitado por Medeiros (2020), e representou para a educação brasileira uma série de modificações estruturais em nível nacional. Assim como a estrutura do Estado e a organização do país passaram por um processo de modernização, a educação também sofreu mudanças significativas, visto que antes do governo de Vargas essa não se concretizava como uma preocupação política. A população brasileira antes do cenário industrial se constituía em sua grande maioria por trabalhares rurais e analfabetos, contudo, e como já citado, em um país no qual a educação era privilégio da elite essa mão de obra viria das classes mais baixas e sem acesso adequado a escolarização de qualidade.

Posteriormente, com a segunda e última reforma educacional no governo de Vargas, a Reforma de Capanema (1942), concretizou a dualidade da educação no Brasil que estaria voltada para a preparação da elite para comandar e resolver certos problemas pendentes no país, promovendo a essa classe acesso ao ensino superior, enquanto para as demais estaria destinada a educação técnica que surge para suprir o mercado de trabalho. Assim, a escola representou um instrumento para o progresso e desenvolvimento capitalista.

Para que se possa compreender o âmbito educacional dentro de uma sociedade, há de ser necessário compreender a priori o período em que a mesma está inserida, realizando uma análise daquele contexto. Fazendo um levantamento sobre a história política da época trabalhada, pois, assim torna-se perceptível observar seu papel e significância. No que tange ao Estado Novo (1937-1945), a educação a partir de 1942 com a Reforma de Capanema, responde atendia a manutenção da produção de cunho capitalista, buscando formar os sujeitos necessários para sua permanente reprodução permanência.

Nesse sentindo, a educação apresenta uma dualidade, aquela que de um lado se volta para a formação do sujeito de maneira completa, ou seja, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, crítico e demais atribuições que os preparam para a vida em cidadania, e de outro lado, o aperfeiçoamento da educação para a manutenção de um do sistema, preparando indivíduos para o mercado de trabalho, limitando-os ao acesso do campo da intelectualidade, só que de forma instrumental. Ao pobre da classe trabalhadora, uma formação profissionalizante, ao rico uma educação propedêutica.

Há de se refletir que a educação nesses moldes também apresenta um caráter reprodutor, e para que se possa compreender a afirmação é imprescindível esclarecer alguns conceitos como Estado e Classe Social utilizados no decorrer da pesquisa. Ressalta-se que esses conceitos assim como suas definições estão de acordo com as teorias marxistas, pois Marx destinou-se a analisar as relações dentro das sociedades capitalistas, e nesse sentido, Montaño (2011) elucida que em relação ao Estado não há uma definição pronta e acabada, mas diversa e igualmente em diversos contextos. Nessa perspectiva o autor esclarece que para Karl Marx “o Estado é o produto, é consequência, é uma construção que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal” (MONTAÑO, 2011, p. 35), em outras palavras, a sociedade e suas relações que moldam o Estado.

### Assim sendo, o Estado representa os interesses da classe dominante pois essa é que detém os meios de produção, garantindo a concretização de seus interesses particulares reproduzindo a estrutura, desse modo, os burgueses são a classe favorecida visto que são eles que controlam o trabalho em seu processo de produção:

## Ao garantir a propriedade dos primeiros, o Estado legitima a dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, revelando, assim, a sua essência de representante não dos interesses comuns, mas daqueles de uma classe particular. (MONTAÑO, 2011, p. 38)

O autor prossegue apontando que o conceito de classe é perceptível ao longo da história das sociedades como uma reafirmação da separação dos sujeitos em grupos antagônicos, como no caso do rico e do pobre, esse uso possibilita a divisão de papéis estabelecidos a esses garantindo a desigualdade como uma das caraterísticas da sociedade capitalista, uma vez que o sistema trabalha atendendo de maneira distinta cada uma dessas classes sociais. Assim, essa estratificação limita os grupos desfavorecidos, tanto para acenderem economicamente quanto socialmente, se utilizando da divisão do trabalho e da educação para a manutenção da estrutura.

Para a abordagem da educação durante a década de 1930 e suas efemeridades, por se tratar de um período repleto de transformações sociais, políticas e econômicas, e acreditando que a educação responde a esses pilares, fez-se uma análise sobre um dos movimentos mais impactantes da década: o Movimento Escola Nova impulsionado pela promessa democrática no Governo provisório de Getúlio Vargas, realizada de imediato com a Constituição de 1934, sendo influenciado ainda pelas ideias sobre educação, do norte americano John Dewey. A discussão ampara-se em três conceitos chaves para se compreender o momento em que vai surgir a Reforma de Capanema, são eles: Moderno, Modernidade e Modernização. Isto porque tem-se aqui o entendimento de que Getúlio Vargas destaca-se por apresentar um governo dentro dos moldes de uma modernidade tida como conservadora.

### Desse modo, compreende-se que no período em que se dá o governo de Vargas, a modernidade tornou-se sinônimo do Capitalismo, rompendo com o velho, no entanto, mantendo a mesma estrutura social de uma sociedade conservadora, potencializando as desigualdades provenientes do sistema. Portanto, cabe ressaltar que o conceito ideal de educação utilizado neste trabalho e defendido, refere-se ao entendimento de processos que sejam capazes de assegurar a formação integral dos sujeitos, as abordagens que se relacionem ao seu desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual, ou seja, conceituando-a é possível compreender que “a educação é a apropriação de cultura, de tudo aquilo que o ser humano criou e cria para além da natureza” (CARA, 2019, p. 25). Para Paulo Freire:

## A apropriação da cultura deve ser plena, critica e reflexiva, sendo parte fundamental da condição humana. [...] o objetivo da educação é a emancipação das mulheres e dos homens com base no exercício livre e autônomo da leitura do mundo, de forma que cada pessoa tenha condições concretas de construir, com liberdade sua própria história”. (FREIRE, 1987)

A escola nesse contexto, pode ser interpretada como a instituição que possibilita a socialização dos saberes e dos conhecimentos acumulados ao longo da história pelas sociedades, através das linguagens, valores, ciências, artes, leis, religiosidades e tantos outros aspectos que compõem a formação das comunidades. Para Daniel Cara (2019), a escola “tem o papel de criar condições para que os estudantes se apropriem da cultura, até mesmo reinventando-a” (CARA, 2019, p. 26). No entanto, pensar a educação implica pensar no contexto e a realidade complexa em que está imersa, em questão, para a educação brasileira há de se fazer um retorno longo, pois é uma história em que se apresentam muitos desníveis. Como bem suscitado por Romanelli (1986), a forma em que foi realizada a colonização do país, a estratificação social, o controle e distribuição do poder político foram pontos importantes que condicionaram a educação escolar no Brasil.

Nesse caso, a educação foi um instrumento voltado para manter as desigualdades na medida em que era utilizada para reforçar as diferenças sociais, os privilégios das classes, “mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais” (ROMANELLI, 1986, p. 24). Modelo ainda presente, encontrado em análises posteriores como o período do Estado Novo (1937 – 1945), em que a industrialização acelerada propiciou a urbanização e a necessidade de escolarização para responder a modernização do sistema capitalista, como um ciclo. Desse modo, o sistema educacional deveria responder a demanda que exigia transformar a estrutura de ensino para resultar em eficiência na (re)produção humana capaz de manter o modelo econômico vigente.

### Seguindo a lógica capitalista, a educação pode ser entendida como o esquema de oferta e demanda ditadas pelos rumos que toma a economia criando necessidades de qualificação técnica e profissionalizante. Após as crises e Guerras Mundiais têm-se, como explicado por Romanelli (1986):

## Uma demanda social de educação que cresce aceleradamente, sobretudo, após a II Guerra Mundial. Essa demanda exerce uma pressão sobre a oferta do ensino, acabando por obrigar os sistemas escolares a experimentar uma considerável expansão. De outro lado, temos novas múltiplas necessidades econômicas que vêm sendo criadas pela expansão econômica capitalista, a um ritmo cada vez mais acelerado. (ROMANELLI, 1986, p. 27- 28)

Entretanto, é evidente que a lógica do Capital interferiu nas grandes mudanças e transições históricas no Brasil ditando como a sociedade se comportaria nesse cenário. Em 1937, a educação foi fortemente associada aos projetos desenvolvimentistas da sociedade brasileira, com a implementação da educação profissionalizante, surgiram também as primeiras escolas técnicas federais, como destaca Medeiros (2020). O político Gustavo Capanema assume em 1934 o MES (Ministério da Educação e Saúde), e a partir de então inicia-se a elaboração da chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário ou igualmente conhecida como Reforma de Capanema, que embasava os Liceus industriais construídos nas proximidades das indústrias e permitindo ainda que essas criassem suas escolas dentro dos seus próprios lócus.

Nesse sentido, formulou-se como problema a ser pesquisado, a questão de como a Reforma de Capanema passou a influenciar as ideias educacionais problematizando se essa de fato contribui para a reprodução da sociedade capitalista favorecendo as desigualdades entre as classes tendo a escola como agente potencializador desse processo.

Passa-se a pôr arguir as fontes e a bibliografia para responder aos seguintes questionamentos que orientaram a pesquisa para a resolução do problema: em que medida a educação é pensada pelo Estado Novo para um processo de reprodução dentro do capitalismo industrial? Em que medida a educação responde aos valores das elites consolidadas nas estruturas do Estado?

Estas formulações visaram atender aos objetivos colocados para este trabalho, sendo o objetivo geral: Apontar, como a educação tornou-se uma ferramenta para a reprodução da sociedade capitalista, fragmentada em classes, a partir de uma análise histórica da escola como agente potencializador da desigualdade social entre ricos e pobres no Brasil, através do viés do ensino, refletindo e levantando hipóteses a partir do Estado Novo de 1937 a 1945 com Getúlio Vargas. E os demais específicos: Analisar como a modernidade alavancada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937/45) inferiu no contexto educacional; identificar qual/quais o (s) sujeito (s) que o capitalismo objetiva formar para a manutenção e reprodução de sua ordem social de acordo com as classes; Demonstrar como a Reforma de Capanema em 1942 tornou-se crucial para a dualidade entre uma educação técnica e educação propedêutica.

E o desenvolvimento do trabalho se deu a partir de estudo dos conceitos principais, levantamento bibliográfico sobre o tema, e redação do texto final respondendo às questões colocadas.

Como modernidade e capitalismo estão imbricados, igualdade e desigualdade caminham como pares, assim sendo, nossa hipótese foi construída sustentando que o Estado Novo é o sujeito interventor mais ágil e complexo dentro da Era Vargas para inserir o Brasil nos quadros da modernidade industrial fabril. Neste sentido, foi necessário capacitar força de trabalho para atender às demandas do mercado. Uma parte da sociedade, prepara para dirigir, outra, para subserviência.

A ideia de progresso foi relacionada a cultura brasileira, desse modo, era imprescindível partir dessa e através de seus valores pensar a modernidade que seria mediada pela educação, “as reformas de ensino foram posicionadas como centrais no projeto de modernização da sociedade” (GUMIERO, 2017, p. 68). De tal modo em que o cenário educacional foi influenciado por três projetos de educação, sendo esses: escola de pensamento nacionalista, escola de pensamento católico e escola de pensamento Escola Nova, e o ponto em comum desses grupos era a busca por um desenvolvimento de uma política de educação nacional.

A Reforma de Capanema priorizou o ensino universitário para preparar as elites, pois essas seriam capazes de resolver o problema civilizador do país e o aperfeiçoariam, enquanto um corpo técnico era instruído ao ingresso no mercado de trabalho imediato. Assim, “a educação surgiu como prioridade e ocupou ao lado do projeto de industrialização papel protagonista na agenda do Estado” (GUMIERO, 2017, p.80), nesse contexto, Gustavo Capanema buscou implementar em suas políticas de transformação da educação brasileira ideais das três escolas citadas, e despertou um caráter dual que favorecia a desigualdade no Brasil.

### É possível afirmar que a educação sofre as influências do meio ditando qual o lugar e quais as ações da escola nesse espaço. No governo de Vargas essa foi instrumento de legitimidade de seu poder por meio de propagandas de cunho político exaltando o nacionalismo e objeto de resoluções de problemas atribuindo um caráter meramente utilitarista. Para tanto:

## Se a educação tem variado no tempo e espaço é porque cada povo reclama um tipo de educação que atenta primeiramente as necessidades sociais e só num segundo momento às individuais, haja vista que as próprias necessidades humanas se alteram conforme as mudanças processadas no meio social. (VARES, 2011, p. 36)

### Contrariando o filosofo Emmanuel Kant que defende a existência ideal de um modelo de educação que independe das forças sociais exercidas no sistema educativo, aceita-se o pensamento do sociólogo Émile Durkheim sobre as influências da realidade histórico-social. A primeira hipótese, defendida por Kant, descarta não somente o meio, mas todos os avanços que se fez no modelo educacional, enquanto o segundo, Durkheim, procurava a finalidade no fenômeno educativo através do levantamento das características comuns, assim:

## Durkheim procura demonstrar que a educação diz respeito a um fenômeno histórico-social, cuja influência é mais restrita do que suponham as concepções idealistas e utilitaristas. Ela constitui uma ação intencional e, nesse sentido, direcionada. (VARES, 2011, p. 31)

A educação é a responsável por transmitir certos legados culturais garantindo a permanência da vida em coletividade resultando em um ser novo, de tal modo as demandas educacionais variam de acordo com a temporalidade em que se encontra, “os sistemas educativos difundem certos ideais, e sentimentos comuns a todos os grupos sociais” (VARES, 2011, p. 32). Para além, mesmo que a educação seja destinada a esses grupos, há de ressaltar sua distinção, seja de acordo com os interesses ou as diversidades do trabalho pedagógico, desse modo, não é plausível acreditar que em uma sociedade de classes, a educação possa ser igualitária.

Após a explanação, tem-se, portanto, a necessidade de buscar compreender qual o sujeito que o Capitalismo precisa para a sua manutenção e estruturação por meio das classes sociais, em quais motivos se amparam essa distinção dos grupos determinando qual o tipo de educação esses sujeitos deverão receber, como também os motivos que levaram a criação de uma educação mais tecnicista para alguns em análise do Brasil durante o Estado Novo. É possível que após a modernidade industrial fomentada a partir de 1930 no país, que a educação se distancie do modelo para o mercado de trabalho e reprodutivista e passe a exercer o papel de formar sujeitos para a autonomia de um modo geral independente da classe que o indivíduo ocupa.

Essas concepções que foram trabalhadas dividiram-se em dois Capítulos, o primeiro visando trabalhar a relação entre educação e desigualdade atrelando-a a perspectiva de uma educação para a vida ou o capital, discussão pertinente para toda a pesquisa e sobretudo, associada a Reforma de Capanema. Ao longo do capítulo faz-se uma discussão sobre a década de 1930 destacando o embate entre escolanovistas e igreja católica no âmbito educacional e as discussões sobre os conceitos de modernidade, moderno e modernização, a fim de compreender como esses ligam-se a trajetória de Getúlio Vargas a presidência da República.

 O segundo capítulo inicia-se abordando reflexões sobre como a educação pode ser utilizada como um instrumento de poder realizado por Vargas, pela qual buscou legitimar suas ideologias, impulsionando as ideias referentes ao nacionalismo visando formar uma nação e modernidade advinda principalmente da industrialização. Percorre-se uma trajetória apresentando as reformas educacionais que ocorreram durante a Era Vargas e a educação no Estado Novo, objetivando construir uma teia de pensamentos que tornam mais evidente o objeto primordial de discussão desse trabalho monográfico, as críticas para com a Reforma de Capanema e como a mesma contribuiu para a desigualdade, reprodução e manutenção da ordem capitalista na sociedade brasileira do período.

#

**Capítulo I - EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE – EDUCACÃO PARA A VIDA OU PARA O CAPITAL?**

Esse primeiro capítulo encontra-se dividido em cinco tópicos, abordando no primeiro momento os principais aportes teóricos para a discussão norteadora da pesquisa que seria a educação para manutenção da desigualdade acentuando-se com a ascensão do Capitalismo e sua necessidade de manter explorados e exploradores. Em seguida apresenta-se uma pequena recuperação da história da educação burguesa. Assim, como é perceptível que a história narra as trajetórias dos dominados e dominadores em diversos eventos, ou seja, a manutenção da sociedade de classes, na educação não há diferenças. Para realizar a pesquisa nesta perspectiva, foi necessária uma retomada breve da história da educação burguesa partindo do Renascimento ao século XIX e adentrando no Brasil com perspectivas que vão da colonialidade a década de 1930.

Para a composição desse capítulo, utilizou-se como principais aportes teóricos voltados para a discussão sobre educação, autores como Ponce (2001) visando compreender e explanar a trajetória da educação burguesa, discutindo ainda seu potencial reprodutor; Romanelli (1986) igualmente para analisar da melhor maneira possível a história da educação e essa no cenário da Era Vargas. Neves (2003) e Santos (2006) para explicar o Movimento Escola Novo, sendo crucial para as compreensões dos ideais de educação democrática na década de 1930. Junior (2010) para realizar as discussões sobre os três conceitos chaves para o momento em que Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil, sendo esses: moderno, modernidade e modernização. Vianna (2004) e Medeiros (2020) apresentando a trajetória política de Vargas até o momento em se sucede a presidência, visando compreender o reformismo conservador e não buscando apresentar meramente um caráter biográfico.

**1.1 –** **PEQUENA RECUPERAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BURGUESA:**

Há de ser necessário para compreender com objetividade a história da educação no Brasil e sua tendência em potencializar as desigualdades entre as classes, um retorno breve ao panorama de transição econômica, do sistema Feudal ao Capitalismo e suas consequências ao ensino. A educação para o homem burguês durante o Renascimento[[1]](#footnote-1) até o século XVIII introduziu uma nova mentalidade. seus interesses voltaram-se como bem introduz Ponce (2001), para os negócios, a busca pela razão, assimilando os ensinamentos tornando-se parcialmente ativos no processo de ensino aprendizagem, embora seja importante destacar que não se deve compreender ou comparar o papel dos alunos desse período com as atuais discussões realizadas nesse campo da educação.

Embora durante o Renascimento e para alguns grupos o foco principal fosse desvincular-se das interferências da igreja nos assuntos térreos tais como os da educação e o que ensinar e aprender, iniciam-se novas correntes pedagógicas. Alguns pontos em comum surgem nesse contexto educacional burguês com os posteriores períodos a serem refletidos, “de fato, os estudos superiores durante o Renascimento eram [...] caros. E, como os estudos inferiores de caráter popular não existiam” (PONCE, 2001, p. 116) compreende-se que essa educação se voltava a atender aos interesses da nascente burguesia e de setores da aristocracia, assim, podendo-se concluir que a educação burguesa tem em suas intencionalidades desde seu surgimento atender as elites e prepará-las para a intelectualidade.

Nessa conjuntura, ocorria ainda o impasse entre os renascentistas e os reformistas[[2]](#footnote-2) que aconteciam no sentido em que a educação elitista não preocupasse com uma educação popular excluindo-os dos centros de ensino que inauguravam-se, enquanto o protestantismo difundia suas ideias entre essas camadas alfabetizando-os para realizarem a leitura da Bíblia a partir dos ideais da Igreja Reformada, já que a própria Igreja Católica centrava seu poder limitando a leitura e interpretações do livro sagrado. “A intenção do protestantismo era, pois, educar a burguesia abonada e, ao mesmo tempo, não abandonar as classes desfavorecidas” (PONCE, 2001, p. 119), enquanto os jesuítas exerciam no campo pedagógico controlar a educação dos nobres e burgueses assegurando-lhes o esmero na qualidade.

### Sobre as intencionalidades da educação jesuítica[[3]](#footnote-3) (1549 – 1759) percebe-se a utilização da educação como ferramenta de controle, pois, através dela subverteriam uma educação a serviço da Igreja Católica a fim de manter seu domínio:

## Excluía-se, por isso, da educação, os conhecimentos históricos e os científicos, a menos que a história fosse deturpada de tal forma que ficasse irreconhecível [...] A educação jesuítica só usava os recursos pedagógicos como instrumento de domínio. [...] os jesuítas conseguiram de tal forma realizar seus propósitos que, desde o final do século XVI até os começos do século XVIII, ninguém se atreveu a disputar à Companhia de Jesus a hegemonia pedagógica que a Igreja havia reconquistado.(PONCE, 2001, p. 120)

Dessa maneira, se não pelo Governo, mas como no caso pela Igreja, a educação foi tida como meio para se alcançar um fim, o do controle social mantendo a educação conforme atenda a reafirmação das desigualdades econômicas. Para esse grupo social, capitaneado pela burguesia a educação transformou-se em tema essencial, a partir da introdução dos negócios na vida urbana, pois afinal protagonizaram a ascensão dos comércios e industrialização e fazendo-se necessário não substituir a ideologia que justificava a educação apenas para a nobreza, mas, aproximando-a aos burgueses em parte também devido ao progresso científico que levava ao desenvolvimento das forças produtivas na época e passava a exigir mão de obra.

### A insatisfação com os Regimes Absolutistas, com a Igreja e elevação da burguesia nesse contexto, prometia um novo tipo de homem[[4]](#footnote-4):

## Depois de tantos séculos de sujeição Feudal, a burguesia afirmava os direitos do indivíduo como premissa necessária para a satisfação dos seus interesses. Liberdade absoluta para contratar, comerciar, crer, viajar e pensar. Nunca, como então, se falou tanto em “humanidade”, “cultura”, “razão” e “luzes”. (PONCE, 2001, p. 128)

Para que a burguesia alcançasse seus objetivos que começaram com pequenos grupos guiando o fim do antigo sistema econômico, precisavam instituir e fortalecer o novo, o desenvolvimento do comércio e o surgimento de novos setores sociais que viriam a constituir o que ficou conhecido como classe burguesa, e, sucedendo o servo pelo trabalhador livre. Assim, a partir do século XVI o assalariado momentâneo havia se tornado o assalariado até a morte, sendo seu meio de subsistência a força de seus braços (PONCE, 2001. p. 135). Para esses trabalhadores e para a manutenção das diferenças entre as classes, havia de ter uma educação que garantisse essas permanências e produzisse mãos de obra formando indivíduos para o trabalho e não para o mercado, ou seja, há uma distinção que diz respeito aos interesses políticos e econômicos, o indivíduo para o trabalho representa a produção de operários imediatos e o indivíduo para o mercado de trabalho representa preparação para que possam vir a ser oportunizados.

O Capitalismo requer trabalhadores especializados, pois esses são capazes de desenvolver trabalhos específicos como o manuseio de máquinas enquanto os não especializados continuariam a desenvolver trabalhos braçais cada vez mais substituídos, desse modo, não se podia mais negar instrução ao povo e nem as escolas tradicionais criadas antes e depois das perspectivas da Revolução Francesa atenderiam apenas aos liberais e industriais. A contradição enfrentada como aponta Ponce (2001), seria a de instruir para qualificar, mas, registra o autor, que essa instrução mesmo que precária, traria também sua contradição pois os tornariam menos subordinados.

Após um breve panorama sobre a educação ao longo dos séculos partindo do viés da história das civilizações dominantes, sobretudo europeia, demonstrando como a mesma se desenvolveu como instrumento de poder e manutenção das desigualdades preparando os indivíduos desprivilegiados a uma educação para o capital, aborda-se à história da educação no Brasil neste mesmo momento histórico. Há de iniciar-se durante a colonialidade representada pela família patriarcal como símbolo de poder e autoridade ditando as ideologias propagadas pelas atividades dos jesuítas na colônia.

As escolas eram frequentadas pelos filhos homens e apresentava um caráter utilitarista, pois eram destinadas a preparar esses para assumirem as responsabilidades da família. Apenas a classe dominante tinha acesso à educação escolarizada, pois isso atendia as necessidades do período no qual a economia era pautada na mão de obra escrava e atividades tanto de produção quanto de administração pois não exigiam preparo, e desse modo, até mesmo o ensino dos padres jesuítas eram neutros e sem preocupação em qualificá-los para o mercado de trabalho (ROMANELLI, 1986, p. 34). A evolução da educação nesse cenário ocorreu paulatinamente, os jesuítas proferiram uma educação a população indígena, uma educação média qualificada para os homens das classes dominantes, essa com estudos básicos introdutórios. Para aqueles que tinham interesse em prosseguir e também aqueles que não tinham interesse em voltar-se para os estudos eclesiásticos iam para a Europa. De tal modo que:

## A obra de catequese, que, em princípio constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar em importância, a educação da elite. (ROMANELLI, 1986, p. 35)

A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal[[5]](#footnote-5), decorreu para o sistema educacional um lapso que durou anos, até o Estado assumir os encargos da educação, mas mantendo a mesma estrutura base. A educação do século XIX no país viu-se cada vez mais estratificada respondendo as diferenças acentuadas entre a população urbana e rural. A pequena burguesia urbana desempenhou papel de destaque tanto para a educação quanto na política brasileira, firmando-se como classe e instituindo a educação escolarizada, contudo, Romanelli (1986) explica que essa classe buscava a educação com a pretensão de ascensão social.

Durante a regência de D. João criaram-se os cursos de Ensino Superior. e Após a Proclamação da Independência esse quadro educacional não sofreu alterações até o momento, os letrados desenvolviam papéis políticos e o ensino secundário particular girava em torno da preparação para o ingresso nos cursos superiores caracterizando-se de natureza preparatórios obedecendo as vontades das elites dominantes.

### Com a Constituição de 1891 os Estados tiveram o poder de legislar sobre a educação primária, e a União sobre o ensino superior e secundário, foi estabelecida:

## O sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 35, itens 3° e 4°, ela reservou a união o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos

As décadas de 20 e 30 do século XX, de fato, representaram efervescência no país com a crescente industrialização que apesar de ainda pequena, já apontava a necessidade de romper mesmo que parcialmente com o regime anterior, a velha oligarquia. As mudanças educacionais nos meios rurais foram sentidas mais tardiamente, pois quem se encontrava no meio urbano via a educação como uma chance de tentar ascender-se socialmente e como oportunidade de qualificar-se para obter empregos nas poucas fábricas. Nesse sentido, a população rural não via benefícios em buscar a educação já que estavam emergidas em uma realidade de controle oligárquico, desse modo, “foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes” (ROMANELLI, 1986, p. 45)

* 1. **- BRASIL DO SÉCULO XX – O MOVIMENTO ESCOLA NOVA:**

### A virada do século XIX para o início do século XX no Brasil representou efervescência e aceleração do tempo, e o cenário de modernidade e de progresso nas cidades proporcionava seu crescimento na mesma condição em que chegavam imigrantes da Europa em busca do sonho de fazer a América (NEVES, 2003, p. 1), uma urbanização e industrialização acelerados representando os interesses das elites. Em oposição a percepção interiorista, mesmo após a proclamação da recente República brasileira, as mudanças pouco se fizeram notar, aprofundando a relação entre ambos:

## Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilegio, no arbítrio na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. (NEVES, 2003, p.1)

Como explica a autora, novembro de 1889 representa mais do que um marco na história do país, foi também um símbolo de esperança de uma nova América, uma República, sentimento latente durante boa parte da história brasileira e que tornou-se fortemente presente nos movimentos intelectuais da década de 20 e durante o período em que levou a Revolução de 1930, pois essas primeiras décadas do século representaram uma constância na busca por uma identidade nacional, chegando a impulsionar e protagonizar conflitos, golpes e Revoluções. Ademais, constitui-se em um período marcado por inovações tecnológicas, como avanço nas ciências e medicina, no entanto, um período de grandes efemeridades:

## Prometia-se vida mais longa para um maior número de pessoas. Mas os avanços da indústria de guerra chocavam o mundo, perplexo diante de marchas e contramarchas: ora era ciência para a vida, ora para a morte. (SANTOS, 2006, p. 2)

Acentuava-se ainda a discussão a respeito do que significaria a brasilidade em uma composição de uma nação miscigenada que coexistiam no mesmo espaço nacional, como o exemplo da Semana da Arte Moderna em 1922. Para além, manteve-se atenção dos intelectuais na proposição de resolução de problemas econômicos e educacionais que assolavam o país, cobrando maior participação do Estado, pois, como elucida Medeiros (2020), acreditava-se que um dos motivos do atraso no Brasil se explicaria pelo alto índice de analfabetismo, já sendo possível notar que as discussões entre os intelectuais e a elite se pautava na necessidade de adentrar em um ideal de modernidade.

No que diz respeito a educação, durantes as primeiras décadas do século XX e antes de Vargas chegar ao poder, destacava-se o intuito de debater o atraso educacional pois, a educação parecida estar em segundo plano no novo mundo das ciências e tecnologias. O movimento Escola Nova, o qual era defendido pelos intelectuais uma educação pública[[6]](#footnote-6) para toda a população, de qualidade e laica, ou seja, sem interferências da Igreja Católica que professava a necessidade de ensinamentos distintos entre homens e mulheres, se consolidou a partir dos propósitos da democracia liberal. Desse modo, os escolanovistas conhecidos também como os renovadores contestavam a igreja gerando polarização sobre as concepções de como deveria ser a educação.

Os escolanovistas almejavam realizar no Brasil um processo no qual alguns outros países europeus já passavam, pensar a educação no contexto industrial como estímulo ideológico e desenvolvimentista para as ciências ampliando as escolas públicas, Santos (2006) esclarece que esses ideias do movimento poderiam sanar problemáticas como a visão pragmatista referente a educação que seria destinada a produzir mãos de obra para as fábricas. Nessas circunstâncias da década de 30 na qual a industrialização se expandia, a cultura cafeeira e a urbanização, além de conflitos sociais, transformavam as mentalidades e via-se a emergência da uma educação que preparasse para essas mudanças.

Os habitantes do meio rural deslocavam-se para as cidades em busca de melhores condições de vida, e entre os educadores acreditava-se que se houvessem escolas “como representante da pedagogia liberal, pedagogia estreitamente ligada à teoria política e econômica da burguesia” (SANTOS, 2006, p. 135), as desigualdades predominantes poderiam ser superadas. Contextualizando, John Dewey, norte americano, foi um dos precursores do escolanovismo nos Estado Unidos e Brasil, tendo com um dos seus principais seguidores aqui no país Anísio Teixeira[[7]](#footnote-7), e acreditavam que a educação era o caminho que provocaria a modernização.

Após os anos de 1940 os conceitos adotados pelo movimento em que relacionavam política, filosofia, educação e democracia, foram retomados tendo sua principal fonte de circulação a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e a Educação e Ciências Sociais, como explica Ribeiro (2004). Contribuiu para com a tendência de democratização no país, sobretudo fomentada em 1934, e especificamente na educação utilizavam-se de ideais como igualdade e liberdade para se propagar a oportunidade a todos não prendendo-se nas classes sociais, podendo remeter-se a Revolução Francesa como inspiração longínqua. Anísio Teixeira argumentava sobre suas renovações observando os contextos dos Estados Unidos e a América pós-guerra, em sua visão a educação deveria acompanhar as novas demandas sociais e incorporar a ciência.

Ultrapassando os limites simples sobre ideias divergentes educacionais, os grupos protagonistas desse cenário, os renovadores e a Igreja Católica, passaram a competir por poder ideológico. A Igreja não aceitará perder sua influência nas questões sociais, enquanto os intelectuais vislumbravam uma educação para o povo brasileiro, e lançam em meio aos embates o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932 e assinado entre tantos nomes por Anísio Teixeira, objetivando uma escola democrática e acessível, e a criação de Universidades. Além dessas características, destaca-se o rompimento com a pedagogia tradicional que se centrava no professor como modelo a seguir e figura de autoridade, sendo seu papel principal o de transmitir conhecimentos.

Getúlio Vargas ao assumir o poder em 30 realizou a IV Conferência Nacional de Educação no ano de 1931 a fim de elaborar um projeto educacional que comtemplasse as duas vertentes em debate, sem que, no entanto, não houvesse consenso e após essa Conferência os representantes da Escola Nova sentiram-se motivados a lançar o Manifesto. Entretanto, em 1934 a promessa de uma nova Constituição apresentava como pauta a educação, pois era benéfico a Vargas tanto em busca de apoio de grupos da sociedade tais como a elite e a Igreja para combater o Comunismo, quanto posteriormente para a formação de mão de obra técnica, assim, contemplando ambos os lados, característica de pacificidade marcante em sua trajetória política, instituiu a educação pública assegurada pelo Estado e o ensino religioso.

* 1. **- MODERNO, MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO. POR QUE A ERA VARGAS FOI UMA MODERNIDADE CONSERVADORA?**

O direcionamento do tópico, consistirá em apresentar os três conceitos em um mote orientado pela teoria histórica, percebendo, portanto, o porquê inaugura-se uma modernidade getulista, aprimorando-se através da modernização brasileira fortalecida a partir da década de 1930 com o movimento de industrialização, e nesse sentido, em tese pode-se afirmar que no Brasil houve uma modernização e não propriamente uma modernidade. Buscando ainda, por intermédio da historiografia adentrar brevemente a biografia e trajetória política de Vargas e quais as características desse momento anterior são passiveis de serem apontadas durante seus anos na presidência da República, a discussão de legitimidade da Revolução de 30, a potencialidade ditatorial do Estado Novo (1937 -1945) e suas consequências para a educação, todas essas discussões a luz da modernidade capitalista.

Entende-se por Modernidade[[8]](#footnote-8), atrelada a um consenso comum na História, um período de tempo caracterizado pelas mudanças que ocorreram na sociedade de forma completa abarcando os âmbitos sociais, culturais e econômicos.

Essa ideia de Modernidade que se consolida a partir de uma didática da história[[9]](#footnote-9) é fruto do rompimento com o pensamento escolástico, que surge com a necessidade de responder as exigências da fé ligadas aos preceitos da Igreja Católica. Pois, esse rompimento, mesmo que não ocorrendo de forma total, correspondeu para a ascensão da razão como forma de construção do conhecimento desvinculando-se da teologia para o surgimento do pensamento moderno.

Assim, como salientado pelo pesquisador João Junior (2010), pode-se notar uma cacofonia em relação ao uso do conceito de moderno e modernidade por parte dos cientistas sociais. Prossegue explicando, amparado pelo teórico Gumbrecht, que o conceito de modernidade foi produzido na Alemanha e é possível separá-lo em três significados dentro da história, sendo esses para designar o presente em oposição ao anterior; o novo em oposição ao velho e ao referir-se a períodos transitórios. É perceptível que o termo moderno adquiriu uma conotação negativa e de posição a épocas anteriores, mesmo que o passado seja alvo de admiração, “sua excelência agora pode ser superada no presente” (JUNIOR, 2010, p. 32).

Algumas correntes do pensamento moderno foram essenciais para moldarem a consciência histórica, tais como o Renascimento e o Iluminismo, em destaque o próprio Iluminismo Francês, o qual consolidou a concepção de superioridade do presente em detrimento ao passado clássico, orientando-se pelo ideal de humanidade perfeita ao tratar-se do corpo.

Retomando a afirmativa de que o rompimento tem um caráter parcial, justifica-se pelo fato de que essa visão do homem perfeito era legitimada pelo mesmo representar a imagem e semelhança de Deus. Desse modo, ao valer-se da razão objetiva como instrumento para abordar as inquietudes do pensamento humano que não eram mais capazes de ser respondidas através das crenças, o sociólogo Max Weber define esse fenômeno como “desencantamento do mundo”.

A modernidade nesse cenário se deu pela evolução das ciências, a aproximação da imagem do homem com Deus que segundo Giddens em uma análise sobre os pensamentos do filosofo Feuerbach[[10]](#footnote-10), afirma que “a comparação entre Deus e o homem pode constituir uma fonte positiva e de inspiração para a realização das capacidades humanas”. (GIDDENS, 2005. P 30), O homem, ocupando papel central nas ciências e nas artes e a busca por respostas por intermédio da razão, essa modernidade sendo passível de ser entendida entre os três significados mencionados anteriormente, como a oposição ao velho. Junior (2010), explica que foi apenas na década de 1830 que o termo modernidade passa a ser usado no sentido do tempo presente transitório, no entanto, pode ser interpretada como uma modernidade efêmera sendo superada constantemente pelo futuro.

Na década de 1830, a modernidade se referia a transição do tempo e ao futuro, e sua mudança ocorre ao longo do século XIX, no qual o conceito passa a apresentar-se como sinônimo de “temporalização, ideologização, politização e democratização” (JUNIOR, 2010, p. 34).

### Esta concepção adotada no século XIX associada ao Estado e a política, muito interessa a esse trabalho, pois o objetivo do mesmo é buscar entender como se deu o processo da conhecida modernização conservadora que ocorreu no governo do ex presidente do Brasil Getúlio Vargas. Adentrando nesse sentindo que se destina a trabalhar o Estado Moderno, destaca-se o sociólogo Karl Marx, defendendo a ideia que:

## O surgimento do regime representativo constitucional marca o advento do Estado moderno, em contraposição ao Estado medieval, onde o dualismo Estado/sociedade era implícito. (JUNIOR, 2010, p. 33)

### Pode-se dizer que o país durante a Era Vargas passou pelo processo denominado de modernidades hifenizadas, pois, essas sociedades ainda não alcançaram a potencialidade que almejam, mas se concretizam como uma modernidade ainda não acabada, como explica o autor:

## Esse evolucionismo é explicitado pela hifenização, que denota a falta: as modernidades hifenizadas são aquelas que ainda não se tornaram modernidades plenas, mas aspiram a isso. (JUNIOR, 2010, p. 35)

Mediante ao exposto, e com a orientação da modernidade associada ao Estado, adentrando a essas teses, para o filósofo Karl Marx o conceito está presente na representação do Estado burguês e no modo de produção capitalista, no entanto, definindo a modernidade como um período de transição para o futuro por meio de uma revolução que alcançaria o Estado Comunista.

O surgimento da noção de Estado moderno ocorre no momento em que se entende a própria “concepção de Estado como algo independente da Sociedade” (GIDDENS, 2010, p.33). Pois, na Polis Grega as esferas políticas e sociais se relacionavam, não havendo uma distinção clara entre a vida pública e a privada, movimento que ocorre na Idade Média, visto que os diferentes estratos sociais eram os agentes políticos. Durante o período pós-medieval os interesses e principalmente interesses econômicos tornaram-se direitos particulares havendo a consolidação da separação do público e privado.

Desse modo, Marx desenvolve um conceito denominado de verdadeira democracia, a qual em seu ideal haveria uma separação dos interesses particulares individuais e a ligação da política com o âmbito social, a materialização desse objetivo seria alcançada se houvesse alteração no modo de relação entre Estado e Sociedade, ressaltando que a própria concepção de Democracia apresenta como sinônimo uma participação universal na política por parte da sociedade civil, presumindo que os benefícios dessa participação seria em prol de todas as classes (GIDDENS, 2010).

Reavendo a teoria política, sociológica e econômica desenvolvida por Karl Marx, o materialismo histórico e dialético o mesmo demonstra que o Sistema Capitalista apresenta contradições, pois a classe que produz não consegue acessar o que é delas por direito, como a saúde e a educação de qualidade que ficam restritos a burguesia.

Embora o Materialismo Histórico e Dialético tenha sido capaz de questionar as desigualdades e exploração pelas quais passavam a classe operária na Europa durante o século XIX, novamente, pensando em Brasil na década de 30 com Getúlio Vargas, encontra-se características semelhantes nesses cenários embora ambíguos. Igualmente se fazia presente como ainda se faz atualmente as desigualdades provenientes do Capitalismo, sobretudo na educação brasileira da época dividindo-se em propedêutica e técnica, assunto esse que será discutido mais diante, revelando desse modo, que o conceito preliminar de modernidade que supera o antigo não cabe mais a uso, já que modernidade não necessariamente significa superação das problemáticas encontradas nos períodos anteriores.

Junior defende que a “modernidade ou moderno pode então ser definido como um modo de proceder, uma modalidade de dominação, uma forma de governo” (JUNIOR, 2010, p. 37), assim, devido a modernidade estar atrelada ao Capitalismo ela consequentemente aprofundou as desigualdades. O ideal de moderno que trabalha com os modelos a serem idealizados cabem em análise para o recorte temporal em que essa pesquisa aborda, respondendo ao questionamento de ser possível coincidir em um mesmo corpus dois conceitos destintos como modernidade e conservadorismo, compreende-se que durante a Era Vargas foi possível devido ao fato de que o Brasil apresentou uma evolução industrial mantendo ao mesmo tempo os modelos econômicos agrários e direcionando os privilégios para a elite rural agora burguesa ascendente.

* 1. **- A TRAJETÓRIA DE GETÚLIO DORNELLES VARGAS NA POLÍTICA BRASILEIRA:**

O intuito aqui é abordar historicamente a trajetória política de Getúlio Vargas, compreender o período em que se inicia a Era Vargas, assim como as práticas e influências que conduzem a modernização tecnológica, diversificação econômica, a ditadura civil-militar e as reformas educacionais compreendendo essas em um contexto nacionalista e desigual entre as classes, sem ater-se a sua biografia, mas sim procurando compreender o reformismo conservador.

Getúlio Vargas foi quem desempenhou por mais tempo o papel de Presidente da República. Ocupou a presidência pela primeira vez durante 15 anos consecutivos inaugurando o que se conhece por Era Vargas entre os anos de 1930 a 1945, pondo um fim ao período conhecido com a Primeira República (1889 – 1930). No entanto, as mudanças não ocorrem apenas com a mudança de períodos, como bem define Medeiros (2020) sobre as intenções de Vargas ao poder:

## A Era Vargas modernizou as estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos trabalhistas, e com o desenvolvimento, que buscava transformar o Brasil, até então um país agrário-exportador, em um país urbano industrial. (MEDEIROS, 2020, p. 836)

A biografia de Vargas começa em 19 de abril de 1883 na cidade de São Borja, terceiro entre cinco filhos do general Manuel do Nascimento Vargas, a quem Viana (2004) alega que o ex presidente “herdou um pouco de seu temperamento, dividido entre o heroísmo do guerreiro e a paciência do homem do campo” (VIANNA, 2004, p. 21). Manuel Vargas, próspero fazendeiro e político de influência, voluntariou-se para a Guerra do Paraguai retornando como coronel e casando-se com Cândida Dornelles.

O cenário político do estado do Rio Grande do Sul, dividia-se entre dois partidos monarquistas, o Conservador e o Liberal, juntamente a atuação desses partidos começou a desenvolver-se um movimento republicano que tinha como representante Júlio de Castilhos, que adotava a doutrina positivista compactuando com as ideias do francês Augusto Comte[[11]](#footnote-11). Os pensamentos de Castilho influenciaram os ideais dos políticos da família Vargas, um dos seus primeiros partidários foi Manuel Vargas tornando-se chefe do partido Republicano, analisando as ideias castilianas, explica Vianna:

## Júlio Castilho afirmava ainda, de acordo com a formula comtista: “O Estado não tem ciência e nem religião”. A concepção Castilhista do Estado autoritário, presente no projeto de Constituição, haveria, certamente, de influenciar o pensamento político de Getúlio. (VIANNA, 2004, p. 23)

Júlio Castilho ao ser deposto devido a um golpe de Estado em novembro de 1891, foi substituído pelos federalistas o que resultou em 1893 o início de uma guerra civil. Os federalista e republicanos conhecidos durante o conflito como maragatos e pica-paus lutavam pelo controle do poder político, luta essa que atingiu São Borja, na qual a população dividiu-se entre os dois partidos. Assim que se encerrou o conflito, Manuel Vargas manda Getúlio Vargas para Ouro Preto, pois o ensino da cidade pequena aos filhos das famílias de elite era tido como limitado. Devido a um momento de tensão envolvendo dois dos filhos[[12]](#footnote-12) de Manuel em Ouro Preto, este os busca para retornarem à São Borja, quando Getúlio anuncia o desejo de ingressar na carreira militar, alcançando o sonho almejado em 1900 data em que entra na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo.

A estadia de Getúlio Vargas em Rio Pardo foi igualmente curta ao local em que esteve anteriormente, devido a um tumulto em que se envolveu Começou a se dedicar para o ingresso na Faculdade de Direito destacando-se na Escola Brasileira em Porto Alegre, para a entrada no curso superior, inaugurando uma fase de “muitos estudos” (VIANNA, 2004, p. 27).

Após se formar retorna à sua cidade natal recusando o emprego que lhe fora oferecido na Faculdade de Direito em Porto Alegre. Em São Borja seu pai havia sido eleito prefeito tomando medidas para que o município se recuperasse admirativamente da Guerra Civil. Ao abrir uma vaga para segundo promotor público, Getúlio Vargas é convidado a assumir o papel devido suas contribuições para o Partido Republicano, cargo que ao assumir o faz voltar novamente para Porto Alegre o que não dura muito tempo pois seu pai o convoca. Em São Borja inicia sua atenção a política

Getúlio Vargas, que durante as eleições embora mantivesse apoio aos republicanos e fizesse parte da juventude castilhista, expressava admiração aos discursos de Rui Barbosa, o candidato adversário. No dia 29 de março de 1909 elegeu-se deputado da Assembleia Gaúcha.

### Entre os anos de 1910 a 1916 a vida de Getúlio passa por significativas mudanças tais como o casamento com Darci Lima Sarmanho e o nascimento de seus cinco filhos, focando-se na carreira de advogado tentando conciliá-la com a de político. Durante esses anos permanece em São Borja pois:

## São Borja, na verdade, precisava, e muito, da presença de Getúlio Vargas, de seu talento político e capacidade de reconciliação. A cidade vivia momentos de crise aguda, a maior desde a Guerra Civil. (VIANNA, 2004, p. 52)

A renúncia de Getúlio em 1916 na Assembleia Gaúcha não apresentou drásticas consequências, pois o candidato que seu pai havia indicado foi eleito para a prefeitura de São Borja em 1917

Quando a Guerra chega ao fim com a derrota da Alemanha, “o fato animou a oposição [...] para denunciar o autoritarismo no Rio Grande do Sul” (VIANNA, 2004, p. 59). Fato esse, que chama a atenção, pois Getúlio Vargas buscava passar em deus discursos ideias de pacificação, porém almejava a partir dessa estratégia beneficiar-se posteriormente. Analisando o seu mandato como Presidente da República anos depois, encontra-se uma dicotomia na forma em que conduzia a política brasileira sobretudo no Estado Novo, o qual foi marcado por um momento de maior autoritarismo, desvinculando-se das suas ideias durante o início de sua trajetória no poder.

Em 1923 Getúlio chega à Capital, na época Rio de Janeiro, pela primeira vez, devido a morte Rafael Cabeda para pleitear a vaga de deputado federal como representante dos republicanos, deixando para trás as consequências da Guerra Civil do Rio Grande, que embora tenha acabado “não significou uma trégua para o governo de Artur Bernardes” (VIANNA, 2004).

Com o apoio de Borges Medeiros, Getúlio foi reeleito em 1924, todavia o mandato de Medeiros havia se esgotado devido as revoltas e revoluções, surgindo a indicação de Washington Luís para sucedê-lo, sendo então o último presidente do período conhecido como República Velha. Houve êxitos na economia durante o governo de W. Luís ao lado e com os esforços de Vargas que ao sair por ser chamado para disputar a presidência do Rio Grande coincidiu com uma crise na moeda e no café.

### É perceptível que dentre as estratégias políticas de Getúlio algumas o possibilitaram a alcançar altos patamares em sua trajetória, entre essas destaca-se ao que tange sua política de apaziguamento, que ocorreu sobretudo no Rio Grande que o beneficiaria, e nos seus últimos anos antes de tornar-se presidente do Brasil. Essas estratégias o levaram, como exemplo, ao ano de 1927 quando foi cogitado para a sucessão de Borges Medeiros que ainda não tinha dentre os nomes da lista, Vargas como o favorito principal, mas, isso não o impediu de tornar-se devido a sua trajetória política até o momento vigente, constando em sua lista:

## Ex líder republicano na Assembleia, ex líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, Ministro da Fazenda, político de expressão nacional e conhecido em todo o Estado, com trânsito na oposição e experiência administrativa, Getúlio reunia todas as qualidades necessárias ao sucessor. (VIANNA, 2004, p. 69)

Getúlio conseguiu se eleger e tomar posse do cargo em 1928, visando entre seus principais objetivos extinguir as raízes da Guerra Civil que dividia politicamente Rio Grande entre os maragatos e pica-paus. Entre suas demais estratégias políticas, destacava-se as preocupações administrativas no plano social econômico, desse modo, entre suas iniciativas iniciais ressalta-se a criação do Banco Rio Grande do Sul, voltando-se a resolver questões das lavouras e pecuária, problemas rodoviários e educacionais ampliando o número de professores e construção de várias escolas.

Em meados de 1930 antes das eleições presidenciais efetivas, notasse que as intenções e o perfil político de Getúlio Vargas, que fica evidenciado posterior a sua posse do poder da República, inicia-se já em sua trajetória. Vale mencionar novamente os motivos pelos quais destacam três termos em seu governo: moderno, modernidade e modernização, passíveis de serem explicados no sentindo em que moderno opõem-se ao velho. Nesse sentido, Vargas representou a ruptura com a República Oligárquica, trazendo modernização devido suas atenções a industrializar o país, contudo, ainda sendo uma modernidade conservadora pois não rompeu por completo com as estruturas sociais.

Assim, já no ano de 1928 tem-se algumas expressões de como seria seu mandato presidencial e quais temáticas centraria seus esforços, adiantando que ao longo de sua carreira política demonstrava-se preocupado com discussões sobre modernização e rompimento com discursos conservadores, embora, seu partido fosse republicano. No começo de 1929 começaram as especulações sobre a sucessão de Washington Luís, pois havia a pretensão de romper com o rodizio entre paulistas e mineiros rompendo o acordo do café-com-leite[[13]](#footnote-13), apresentando como seu candidato Júlio Prestes[[14]](#footnote-14).

A luta por hegemonia política que entre Minas Gerais e São Paulo, criava condições para uma intervenção partindo do Rio Grande, pois, o até então governador de Minas, Antônio Carlos, buscou apoio de João Neves representante do Rio Grande, por acreditar que poderia ser o candidato nato de Minas a substituir W. Luís. O pacto assinado entre os políticos dessa aliança incluía a indicação do nome de Getúlio, que começará a ensaiar sua candidatura, dando ciência ao presidente de suas intenções. (VIANNA, 2004, p. 76).

### O momento em que de fato inaugura-se a luta pela sucessão presidencial é marcado pelo dia 05 de agosto de 1929, na Câmara dos Deputados:

## Três Estados – além de Minas e Rio Grande, a paraíba governada por João Pessoa – constituíram, junto com as oposições dos demais 17 Estados, a aliança Liberal [...]. A 20 de setembro, uma convenção proclamou solenemente as candidaturas da Aliança Liberal, para o pleito realizar a realizar-se no dia 1 de marco de 1930: Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice. (VIANNA, 2014, p. 77)

Vargas passou seu governo do Rio Grande para Oswaldo Aranha e retornou para São Borja, onde aguardaria o resultado dos principais antecedentes que levaram a Revolução de 1930 se pautam na crise de 1929 que atingiu o Brasil, já que a exportação de café que afetava a elite composta pelos fazendeiros, teve grandes prejuízos e não encontraram em Washington Luís a capacidade de reverter a situação, gerando uma insatisfação com seu plano econômico.

* 1. **- GOLPE, REVOLUÇÃO OU CONTRA-REVOLUÇÃO – A DÉCADA DE 1930**

O momento tido como a Revolução de 1930 fervilha de ideias divergentes dentro da academia para os historiadores. Alguns defendem que de fato houve o momento revolucionário apesar de ter sido um movimento classista, ou seja, Revolução produzida pela elite que correspondia a classe média moderna[[15]](#footnote-15), profissionais liberais em sua grande maioria formados na Europa, aliados aos militares e setores públicos. Outros contestam no ponto de vista político alegando ter ocorrido um golpe devido a legalidade do poder presidencial e permanência de Vargas no comando do Executivo, e por fim, historiadores como Boris Fausto, defendem que em 1930 ocorreu um movimento contra Revolução.

Dentre as diversas interpretações podemos constatar que os motivos eram vários: do ponto de vista burguês industrial percebia-se a necessidade de implantação de uma indústria; o movimento na perspectiva da classe média representou os interesses dos profissionais liberais e o golpe dos militares foi impulsionado pela insatisfação com o regime anterior e a contenção das insatisfações provenientes da eleição. Nesse sentido, cabe um retorno aos momentos em que sucederam o resultado das eleições, bem como uma breve análise dos fatos.

O golpe para a implantação da República em 1889 possibilitou que houvesse a ascensão de um setor da sociedade, os latifundiários. O resultado foi o de uma nação atrasada industrialmente, devido aos principais interesses estarem envoltos na produção agrária, e até o momento que antecede a chegada de Getúlio no poder, nenhum outro governante apresentou a preocupação de modernizar o país. Entre os anos de 1924 a 1930, o número de pés de café subiu, tal situação não preocupava os grupos que compunham as oligarquias cafeeiras, pois seus interesses eram os lucros e cabia ao governo cobrir os prejuízos conseguindo dinheiro atras de impostos e empréstimos. Em 1930 a dívida externa era aproximadamente de um milhão e meio, devido a queda das reservas a economia entrou em crise no mesmo ano (POMAR, 2008).

Esse cenário foi essencial para derrubar a estrutura oligárquica da República Velha e ponto central das discussões em torno das eleições presidenciais de 30. Desse modo, a Revolução pretendia acabar com o antigo regime e modernizar o país como solução para os problemas pois o Brasil se afundava em uma crise e no atraso industrial. Até 1930 a base de suas produções eram o álcool, tecidos, papel, carvão entre outros, não produzia aço suficiente, muito menos extraia petróleo. A economia baseava-se em produção e exportação agrícola que para manter-se a salvo dependia do dinheiro público. Com o esgotamento do sistema, tornou-se inviável resolver os problemas econômicos com empréstimos internacionais, e era preciso instaurar uma nova dinâmica econômica e social, a modernização que batia a porta do país não era acompanhada pela política, assim, entra-se nas consequências da eleição.

O resultado do pleito em março tão pouco surpreendeu a todos, porém foi apenas o começo, pois em 26 de julho João Pessoa, vice de Getúlio, foi assassinado em Recife. A oposição liderada por Vargas aproveitou da comoção para justificar o que teria sido o estopim da Revolução que iniciaria no Rio Grande do Sul. Para desempenhar o papel de chefe militar foi chamado o coronel Góis Monteiro, configurando-se em uma artimanha política de Vargas afim de demonstrar para as Forças Armadas que o caráter do movimento não se opunha a eles como uma instituição. O movimento alastrou-se rapidamente pelo Estado, e em discurso, Getúlio afirma:

## Ao povo não restava outra alternativa, senão, “cansado de sofrer”, rebelar-se “contra seus opressores”, no que ele, Getúlio, iria acompanha-lo. Terminava o discurso em tocante peroração: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino histórico!”. (VIANNA, 2014, p. 85)

Posterior ao momento em que Vargas e Monteiro enviam um ultimato, como descreve Vianna (2014), a junta militar que depõem Washington Luís, a marcha para o Rio de Janeiro ocorreu sem mais percalços, Vargas trataria então de tomar posse e enfrentar os problemas nacionais. Logo após o triunfo revolucionário, instaurou-se o governo provisório, o decreto assinado pelo político e seus ministros representou um momento de transição, e não seria possível imaginar até aquele momento que Getúlio Vargas se manteria no poder por quase quinze anos.

Sob a presidência com as promessas de modernização política e social, visando tanto a legalidade de sua ação quanto a proteção de seu cargo, Getúlio toma medidas tais como instituir que o Poder Executivo comanda o Poder Legislativo, substituindo os governadores por interventores militares nos Estados, exceto Minas Gerais, os enfraquecendo. Criou também dois ministérios, o do trabalho, indústria e comércio e o Ministério da Educação e Saúde (MES). Ao longo de sua carreira política é perspectivei notar que Getúlio tornou-se um político articulado e contraditório, no sentindo de buscar manter pacificação entre os grupos políticos, almejando se beneficiar.

### Assim, algumas dessas medidas e mudanças adotadas por Vargas geraram expectativas, pois havia uma necessidade de o Brasil acompanhar e aproveitar a modernidade que se instaurava, dando respostas a quem contribuiu com a execução vitoriosa do movimento, como explica Boris Fausto:

## Os setores liberais, cuja base nacional repousava nas classes médias urbanas, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, pretendiam alcançar, entre outros pontos, uma reforma política que estabelecesse uma verdadeira representação dos cidadãos conscientes, pela via da educação; saneamento das eleições, pela instituição do voto secreto; ampla liberdade de expressão e a independência dos três poderes da República. (FAUSTO, 2013, p. 92)

As pretensões de Vargas durante o Governo Provisório eram de quebrar as forças oligárquicas características da Primeira República. Já nos primeiros anos após a Revolução, a industrialização tornou-se um marco na história desse personagem, porém esbarra nos obstáculos impostos pela Grande Depressão (1929) como a dificuldade de importação, desse modo, a indústria torna-se uma preocupação latente apenas durante o período do Estado Novo.

A entrada dos tenentes como integrantes do governo fez com que um dos objetivos a serem alcançados fosse o da construção da unidade nacional através de um poder centralizador. Houve a aproximação do Estado e Igreja Católica no sentido de que essa união expressaria um maior alcance dos setores que não estavam sob a influência de Getúlio Vargas, e a igreja se beneficiaria pois haveria a imposição do ensino religioso nas escolas.

Ainda dentro do contexto das medidas políticas transitórias, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio evidenciou como defende Fausto, a regulamentação do Estado com a classe trabalhadora a fim de combater o fantasma comunista, durante o quadro de crise do capitalismo liberal. Dessa maneira, analisa-se que a união desses pilares e principalmente com a igreja, seria no sentido de combater o Comunismo, visto que ambos são antagônicos.

Outros pontos importantes ocorreram também na educação primária que passou a ser pública e gratuita e contribuiria na construção da imagem de Vargas para a sociedade, como pai dos pobres e presidente que lutaria pelos trabalhadores. Ambos os pontos foram destacados em seu pronunciamento de posse em 1930 sendo de mais oportuna e imediata utilidade a difusão do ensino público principalmente o técnico-profissional e a instituição do Ministério do Trabalho que destinaria a amparar a defesa do operário urbano e rural, imagem essa que repercutiu por boa parte de seu governo dando base também ao populismo. Como o próprio Getúlio destaca no referido pronunciamento, sobre a legitimidade da Revolução e para qual público se voltaria:

## Todas as categorias socias, de alto a baixo, sem diferença de idade e sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria Nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos seus filhos. (VARGAS, 1930, p. 15)

Assumindo provisoriamente o governo da República como delegado da Revolução, estaria a frente do país até a nova convocação da Assembleia Constituinte, momento em que seria criado uma nova Carta Magna para o Brasil. No entanto, antes desse período os grupos derrotados estavam insatisfeitos com os rumos sendo tomados pelas ações do Presidente. Para os tenentes a manutenção do regime ditatorial seria a consolidação da revolução iniciada (PANDLFI, 1987, p. 12), São Paulo tornou-se novamente palco de conflitos armados durante os três meses conseguintes, como Vargas rememora em suas falas “só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro” (VARGAS, 1930, p. 17). Mas os revoltosos foram derrotados pelo Governo.

Através da nova Constituição foi interrompido o governo provisório de Getúlio que agora havia sido eleito como presidente por meio do voto indireto do Congresso Nacional, assumindo até o ano de 1938 quando ocorreria as eleições com voto direto da população, se mantendo no poder sob as alegações de ameaças extremistas controlarem o país em um tempo pós crise. De fato havia duas vertentes, uma direita representada por Plínio Salgado fundando a Ação Integralista Brasileira (AIB) com características inspiradas no Fascismo Italiano e do outro lado a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que ambicionava um governo popular.

As tensões marcadas no ano de 1935 pela Intentona Comunista[[16]](#footnote-16) contra o governo, foram consideradas uma tentativa de golpe pelos Comunistas, desde o início da década de 20 o Comunismo era tido como uma ameaça opositora, apesar de ter sido contido pelas Forças Federais, foi crucial para os desfechos que sucederam. O que realmente se constituiu na história brasileira como golpe, foi o momento em que Getúlio Dornelles Vargas apoiado pelas Forças Armadas, instaura um golpe de Estado em 1937 marcando o começo do Estado Novo, pois, ao mesmo tempo em que Vargas intensificava a repressão, obtinha o apoio através da legitimidade pelo uso do perigo comunista para atingir seus propósitos políticos.

### Retomando, não apenas as ameaças extremistas ou a Intentona Comunista são passiveis de serem analisadas como motivos que levaram ao Golpe de 37 As propostas de constitucionalização levariam a realização de eleições e reativação dos partidos políticos, como explicado por Pandolfi (1987) as eleições significariam vantagens para as oligarquias que Vargas visionava enfraquecer, pois essas exerciam forte controle eleitoral rural. Por outro lado, no mesmo cenário o processo político brasileiro radicalizou-se com a implantação do governo constitucional. Esta mesma autora aponta:

## O movimento social passou a demonstrar maior vigor, consequência, em parte, da própria efervescência eleitoral. O nacionalismo, a defesa das liberdades democráticas e a luta contra o fascismo constituíram os grandes temas mobilizadores do debate nacional do período. (PANDOLFI, 1987, p. 26)

Nesse sentido, esbarra-se em duas narrativas, uma que seria capaz de legitimar os eventos que levaram a ocorrência do Golpe de Estado Novo pelo viés de que o país precisava modernizar-se e desprender-se do antigo regime, e um segundo que rompe com as perspectivas democráticas prometidas pela nova Constituição.

Concluindo, e remorando a discussão que intitula esse tópico, o intuito não foi posicionar-se politicamente e parcialmente sobre as concepções do que de fato ocorreu na década de 30, mas apresentar as possibilidades discutidas na academia entre os historiadores. Desse modo, para aqueles que defendem que o movimento representa uma Contra Revolução, partem da ideia de que na década de 1920 estouraram algumas revoltas, esses aspiravam um país novo, sendo uma década marcada ainda por progresso intelectual e artístico, objetivando rediscutir a identidade brasileira e moderniza-la, e dessa forma, a Revolução de fato ocorreria dentre desses moldes, todavia, os revolucionários políticos de 30 reagiram posteriormente e obtendo êxito.

Entretanto, em vias gerais, como aponta Duffes (2020) a revolução de 1930 foi a forma viável para dar fim ao sistema fraudulento da República Velha, que não contava com ampla participação civil na política, situação que mudou gradativamente com Vargas. É inegável, que a Revolução significou um novo começo para a sociedade brasileira, uma vez que ocorre o início da industrialização. Desse modo, pode-se alegar que “foi um divisor de águas para um novo processo político, econômico e social” (DUFFES, 2020, p. 137), potencializando suas continuidades e consequências com o Estado Novo, mesmo que essas não indiquem apenas aspectos positivos, pois foi um período de repressão e de acentuamento das desigualdades, principalmente partindo do âmbito educacional. A política que prometia atender as demandas modernas apresenta-se, no campo político, ditatorial.

Por essa razão, o segundo capítulo tratará de forma mais especifica o quadro da educação durante o Estado Novo (1937 – 1945), em especial com a promulgação da Reforma de Capanema (1942), a qual foi guiada sob ideais nacionalistas e mantendo a dualidade na educação. Defendiam uma educação propedêutica para as elites para que essas comandassem o país e uma potencialização da educação técnica voltada ao imediatismo do mercado de trabalho formando mão de obra para a industrialização que se consolidava. Será discutido ainda a forma em que Getúlio Vargas utilizou da educação como instrumento de poder e legitimidade mantendo constância na utilização da educação pelos meios políticos como forma de privilégios e benefícios daqueles que compõem os grupos das elites.

Nesse sentido, esse capítulo se encerra com a intencionalidade de demostrar de que maneira foram construídos os modelos educacionais que se assentavam em reforçar as desigualdades, no primeiro momento focando nas sociedades europeias e no segundo especificamente o Brasil, revelando que não há como desvincula-la do contexto social dos períodos, e situou-se a partir do Brasil durante as décadas de 20 e 30, objetivando analisar as reformas educacionais que ocorreram com o desenvolvimento democrático e Capitalista.

**Capítulo II - EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PODER NA ERA VARGAS**

Sobre a educação, há dois fatos que não podem ser negados, o primeiro que a mesma se encontrou e ainda se encontra presente em toda a história da existência humana sendo modificada de acordo com as transformações das sociedades em que está inserida, respondendo as suas necessidades, não limitando-se apenas ao contexto escolar, mas sendo mais abrangente. Em um segundo ponto, a educação exerceu como papel primordial em algum momento o de reprodução dessas sociedades, visto que foi utilizada como ferramenta de controle e manutenção das desigualdades em alguns cenários históricos, brasileiros ou não, já exemplificados anteriormente ao longo do primeiro capítulo.

Compreendendo, portanto, a importância de se estudar a educação para que se possa analisar as sociedades em suas várias nuances e refletindo ainda sobre os dois pontos abordados acima, é válido considerar o argumento realizado por Silva (2018), de que a sociedade transforma a educação, a reproduzindo em sua imagem, não o contrário, refutando a ideia de que a educação tem um caráter transformador, no entanto, reconhece-se que a educação sozinha tão pouco muda o mundo, pois, individualmente muda o sujeito e consequentemente esse muda a sociedade.

Nesse sentido, nesse capítulo teve-se a pretensão de trabalhar a educação voltada para a tendência reprodutora e a educação como instrumento de poder almejando ser essas as discussões iniciais objetivando alcançar reflexões acerca de como a mesma era administrada no período do Estado Novo (1937 – 1945) até a implementação da Lei Orgânica de Capanema (1942), pois acredita-se que essa Reforma reforçou a distinção entre as classes e fomentou a dualidade da educação.

### Nesse ponto da discussão, há de ser necessário fazer um retorno a dois conceitos, educação e poder. Para essa articulação recorre-se ao autor Vitor Paro (2014) que explica que o conceito de educação em uma mentalidade popular está relacionado ao ensino, mas o mais importante a se refletir é a forma como essa educação se realiza, visto que:

## De uma forma ou de outra, o mais dramático para o desenvolvimento da educação é que, de modo geral, é essa concepção tradicional que prevalece e orienta a prática escolar no Brasil. (PARO, 2014, p. 23)

A educação formal é destinada ao homem como sujeito histórico, conceituando-a de maneira científica, a mesma se relaciona a apropriação da cultura, nesse sentido, educar significa afastar o ser humano de sua natureza primitiva tornando-o mais humano constituindo ainda a sua personalidade. Outro ponto a se pensar a partir dessa perspectiva é de que ele como sujeito histórico implica em ser considerado “como ser social e, mais do que isso, como ser político” (PARO, 2014, p. 26 – 27). Assim, a sua ligação com o social e a política atrela-se na produção de relações e convivências como a dominação, implicando em manutenção de estruturas de poder.

Em uma sociedade na qual a organização passa pela divisão de classes, é coeso que os indivíduos se comportem de acordo com tais privilégios que suas posições lhes permitem. No capitalismo, nessa lógica, a educação para os mais abastados é realizada com o intuito de qualificá-los para se manterem em sua colocação social, enquanto a educação para os mais pobres é volta para a preparação imediata para o mercado de trabalho e consequentemente para a continuação de sua exploração, uma vez que o homem torna-se mercadoria[[17]](#footnote-17) e a sua força de trabalho seu sustento. Nas palavras de Silva (2018):

## Numa sociedade de classes, os conhecimentos eram/são transmitidos, sistemáticos ou não, baseando-se na classe que cada indivíduo pertence, com o propósito de preservar nas condições imprescindíveis na classe dominante. (SILVA, 2018, p. 4)

O cenário, portanto, contraria as ideias de Paro (2014), que argumenta que a educação ao ser pensada de maneira crítica tem o dever de preocupar-se com a “integralidade de suas condições históricas” (PARO, 2014, p. 26) ao referir-se aos homens, e não a preparação para o trabalho e outros fins que almejam qualificá-los para atuação imediata. Acredita-se que a qualificação seja um processo de consequência quando a educação é pensada de maneira seria levando em consideração os homens como sujeitos históricos, a cultura e sua relação com o desenvolvimento intelectual e os benefícios que esse trabalho acarreta para a sociedade, principalmente uma sociedade democrática.

### Assim, reafirmando, que o tipo de educação que é oferecida à maioria da população, e a educação para os mais abastados contribuem para manter e direcionar quais serão as posições sociais, o intuito embrionário da educação burguesa ao ser regularizada pelo Estado foi e é, a de preparação para o mercado. Nesse sentido, a consolidação do desenvolvimento industrial, não representou necessariamente melhorias para os setores assalariados da sociedade, porém seu papel foi o de contribuir para a reprodução social:

## Sociedade marcada pelas classes sociais e cheias de desigualdades como a atual se faz ainda necessário esse preparo para a competição de mercado, e é basicamente para esse fim que a educação se constitui, evidentemente isso se dá por uma exigência social, pois as relações de trabalho se tornam mais complexas, sendo assim o indivíduo, que necessita do trabalho para sobreviver e manter sua posição social. (SILVA, 2018, p. 9)

Durante a Era Vargas, a crise de 1929 aliada ao processo de industrialização brasileira, resultou na necessidade de que o Estado se tornasse mais intervencionista principalmente no setor econômico. Medeiros (2020) afirma que esse fato é de fundamental importância para que se compreenda o campo educacional naquele momento, e partindo desse entendimento, é possível perceber de imediato que a educação brasileira estava vinculada a economia, assim sendo, as medidas que ocorreram nesse cenário e posteriormente no Estado Novo apresentavam esse viés.

Exemplificando, em 1942 com a conhecida Reforma de Capanema a educação foi associada ao projeto desenvolvimentista no país, em especial com a implementação do ensino técnico profissionalizante. Esse modelo de educação possibilitava a criação de escolas dentro dos ambientes fabris estimulando ainda mais uma educação dualista, que formava trabalhadores capacitados para atuarem nas crescentes indústrias, uma vez que população brasileira da época era constituída em grande parte por pessoas analfabetas que trabalhavam no meio rural, ou seja, além de uma educação para a desigualdade era também uma educação para a reprodução respondendo ao capital.

### Desse modo, compreender o conceito de poder é essencial para entender como a educação pode se tornar um instrumento e responder a certas exigências políticas. Durante os anos em que se sucederam os mandatos de Getúlio Vargas, dentre suas medidas a educação vinculada ao modelo social que ele ambicionava, serviu como:

## Propaganda de cunho nacionalista que visava à legitimação do poder, atingindo, inevitavelmente, a educação, que passou a ser vista como uma solução para os problemas nacionais e como um instrumento de transformação social. (MEDEIROS, 2020, p. 837)

### Amparando-se novamente em Paro (2014), o autor explica que o poder atua em duas dimensões, a primeira possibilita que ele aja sobre as coisas e a segunda que ele determine comportamentos. Na sociedade capitalista essas duas dimensões exemplificam-se nas relações de dominação entre os sujeitos que perdem sua importância histórica para serem vistos como mercadorias e objetos de valor para o mercado. A essa discussão compete apresentar ainda mais duas definições apontadas por paro (2014), as de poder atual e poder potencial:

## No poder em ato quem detém o poder produz mudança do comportamento do outro, a partir da vontade do primeiro. [...] Entende-se, por outro lado, que o poder atual supõe a existência do poder potencial, pois antes do exercício do poder é preciso que exista a possibilidade desse exercício. (PARO, 2014, p. 37 – 38)

Analisando o Estado Novo o qual dentro dessas associações sobre o poder apresenta o autoritarismo como mais uma ramificação, esse fornecia meios para que seu exercício de dominância fosse concretizado, no sentido em que os indivíduos absorviam os comandos sem avaliação crítica das ordens, assim, se materializava educação como ferramenta de poder. Através da alienação do Estado e Capitalismo que defendiam que o país sairia da crise por meio da modernização industrial, mas que essa industrialização precisaria de trabalhadores especializados e o estado forneceria essa qualificação. No entanto, a sociedade ainda precisaria manter sua estrutura sendo sinônimo de ordem, e para essa manutenção ou reprodução haveria de ter uma formação dos intelectuais que seriam os sujeitos da classe burguesa, ou seja, o poder autoritário aqui não é meramente coercitivo e sim manipulativo:

## Na manipulação, a conflituosidade encontra-se presente, mas de forma potencial. Mesmo sem o uso da coação, aquele que exerce o poder provoca o comportamento do outro, ocultando ou camuflando seu verdadeiro interesse. (PARO, 2014, p. 42)

Entretanto, percebendo que a natureza da educação é essencialmente reprodutora, mesmo fora do Sistema Capitalista em cenários como o da Antiguidade, os quais a educação em Esparta como exemplo preparava os cidadãos para lutarem (PONCE, 2001), em virtude desse ser seu principal propósito, reconhecendo ainda que uma de suas funções seja o de contribuir para que os sujeitos apropriem-se da cultura de sua sociedade, admite-se que sua capacidade em transformar esteja vinculada a condição de conscientizar, sobretudo, as camadas menos abastadas, por mais que o Capitalismo tenha como característica a capacidade de alienação, muitos desses estão conscientes das intencionalidades e oposições que o sistema lhes impõem.

Pensando sobre o papel social da escola remetendo-se intrinsicamente as questões pedagógicas da formação humana, assente-se que essas não são neutras, visto que “a escola é uma instituição de reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes” (ALMEIDA, 2019, p. 8) e apesar de o ideal dentro de várias instituições seja o de apontar caminhos emancipatórios e de não sofrerem as imposições do meio indicadas pelas necessidades do capital, a influência da dominância é realizada. A autora ao citar Bourdieu, explica que a cultura da elite está tão próxima a cultura escolar, que para os sujeitos da classe desfavorecida seria necessário romper com o meio de reprodução mudando a estrutura para que obtivessem êxito (ALMEIDA, 2019).

Outro fator que colabora para que essas desigualdades persistam dentro do cenário da educação reprodutora seriam as ações pedagógicas adotadas pelas escolas, posto que elas são capazes de manter e acentuar as diferenças por meio das escolhas de quais ideologias serão trabalhadas, escolhendo o viés do capital estaria respondendo a classe dominante. Então, se para a classe dominante é reservado o direito da intelectualidade e para os demais grupos o destino seria o trabalho, ideia essa de acordo com a cultura capital, o objetivo foi romper com a economia escravista a ressignificando objetivando a naturalização da sociedade das classes.

Como já argumentado, uma das características do Capitalismo seria sua capacidade de alienação, porém, essa alienação pode ser contornada, em razão disso o sistema passou a falsear algumas ideologias (FRIGOTTO, 2006), que atuam na área da educação propagando noções de que as desigualdades não são provenientes do processo de dominação sobre os dominados, mas a escolaridade entre outros direitos a esse público que lhe são negados ou escassos são o diferencial, ou seja, objetivam transmitir a narrativa de que a construção histórica das classes não é o problema.

Compreendendo que essa estrutura de dominação cultural perpassa por vários cenários, pensando especialmente no Brasil durante as décadas de 20 e 30, nas quais ocorreram rápidas transformação em diversos aspectos estruturais, foi necessário pensar alternativas para aumentar o desempenho humano que contribuiu de forma exponencial e barata para crescente industrialização que precisava de mão de obra. Assim a escolarização poderia ser mínima ou técnica, dessa forma, o crescimento econômico interferia nos níveis educacionais para determinadas classes. Salientado por Oliveira (2009), embora a autora não esteja referindo-se a algum contexto específico, mas de um modo geral nas sociedades capitalistas: A educação [...] é vista como um bom investimento, na promessa de que, quanto mais a classe dominante investir nela, maior retorno produtivo de seus trabalhadores. (OLIVEIRA, 2009, p. 156)

A educação não deve ser, portanto, que a educação não deve ser uma ferramenta de busca de poder, coerção, manipulação ou reprodução, em especial nas sociedades democráticas, mas a educação deve ser trabalhada para fornecer formas de os sujeitos apropriarem-se de sua cultura e serem cidadãos que reflitam comportamentos e valores políticos democráticos. Todavia, o processo educativo em sua essência envolve uma relação de poder, talvez essa lógica possa ser explicada através da história da educação, mas os políticos apropriam-se dessas intencionalidades e renunciam “a pretensão de uma educação que provê as necessidades culturais da personalidade do ser humano numa perspectiva integralidade” (PARO, 2014, p. 53) para concretizar uma educação utilitarista.

Historicamente, a educação inicialmente estava atrelada a igreja e se concretizava como elitista, pois poucos tinham acesso. Posteriormente tornou-se direito quando se voltou a educação aos homens, caminhando para um dever no momento em que a burguesia se firmasse como a classe dominante. Assim, precisava da educação para se reafirmar e sustentar seu poder se respaldando no viés econômico potencializando pelo surgimento da escola pública, com a qual a educação burguesa continuou a formar o cidadão para o Capitalismo:

## Pode-se, nesse sentido, inferir que a classe dominante procurou historicamente incutir no processo formativo do indivíduo, [...] os valores determinantes para a construção do homem moderno, ou seja, os valores da sociedade do capital que visam garantir a ordem social capitalista. (SOUZA, 2009, p. 497)

### É notório que uma educação voltada para a produção e especialização aspira desenvolver habilidades que sejam capazes de atender o processo de ampliação do capital, é orientada pela visão lucrativa a qual os resultados têm de ser apresentados em um curto prazo não considerando mais a formação humana para a cidadania e sim as determinações políticas e econômicas:

## Portanto, a educação é entendida como uma condição regulada e subordinada às necessidades do capital. Como prática social, atividade humana e histórica, se reduz a processos educativos que visam doutrinar, domesticar, treinar, homens aptos para o desenvolvimento de suas tarefas laborais. (OLIVEIRA, 2009, p. 162)

A educação acompanha as transições dos períodos, em um contexto industrial exige-se uma formação profissional determinada pelas indústrias, como ocorreu durante o Estado Novo, ressaltando-se que essa lógica educativa tem o efeito de aprofundar a segmentação e exclusão. Oliveira (2009) explica mais uma vez que são por questões como essas, da estruturação de uma educação mecanicista, que a mesma emerge em uma disputa hegemônica.

**1.1 - A EDUCAÇÃO NO PERÍODO ESTADO-NOVISTA (1937 – 1945):**

Posterior a Revolução de 1930, os anos que se sucederam consolidaram algumas das intenções do movimento no cenário político brasileiro, tais como a formação de um Estado Constituinte. Em meio as disputas políticas, Getúlio Vargas fora eleito presidente em 1934, possibilitando a continuidade de seu mandado que havia se iniciado provisoriamente, reforçando ainda o Estado. Como Pomar (2008) argumenta, Vargas objetivava a ideologização de um Estado nacionalista, centralizador e populista[[18]](#footnote-18) sendo capaz de controlar eventuais movimentos sociais, as classes e os meios de comunicação para que caso surgisse resistência essas não fossem suficientes para retirá-lo do poder.

### No entanto, para a implementação de um Estado nesses moldes, a nova Constituição colocava-se como empecilho. Aproveitando da polarização desse contexto, principalmente entre fascismo italiano e comunismo, ressaltando que Getúlio demonstrava-se compactuar com algumas das ideias fascistas, os militares desejavam repressões mais duras diante da eventual ameaça comunista, mesmo após o fechamento da ANL (Aliança Nacional Libertadora) e das medidas para reprimirem a Intentona Comunista em 1935. Dessa maneira, a fim de expulsarem de vez os comunistas do país acreditavam que precisavam intensificar as ações do Estado como seu poder, nessas condições, explica Pomar (2008):

## O golpe do regime seria dado pelas Forças Armadas, com Getúlio, sem Getúlio ou contra Getúlio. Os militares achavam melhor aliar-se a Getúlio. Como ele manipulava a opinião pública, era mais convincente dar um golpe com um homem popular. (POMAR, 2008, p. 18)

Aproximando-se do período das eleições em 38, Vargas e as Forças Armadas que exerceram papel de destaque na Revolução de 30 que levou o político a presidência da República, encabeçavam a implementação de uma ditadura varguista. Justificando-se pelo suposto Plano Cohen[[19]](#footnote-19), no dia 10 de novembro de 1937 as tropas fecharam o Congresso e Vargas anunciou no palácio Guanabara um discurso no qual anunciou a instauração do Estado Novo, liquidando de vez o poder dos estados e o que restava das influências oligárquicas novamente controlado por interventores. Esse foi o período mais repressivo da trajetória política de Vargas a frente da presidência, caçaram-se os comunistas, retiraram o direito civil da população em manifestar-se e ainda demonstraram apoio aos movimentos nazifascistas evolvendo-se também na Segunda Guerra Mundial.

### Em seu discurso, há como notar que a argumentação que o presidente fornece para explicar sua ação em conjunto com as Forças Armadas, se pautam no que considerava as exigências do momento histórico e na proteção dos interesses coletivos, assim:

## O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir do dever de tomá-la. (VARGAS, 1937, p. 19)

### As demais argumentações recaiam sobre a dívida externa do país, da qual Vargas se utiliza para alegar que seu governo assumiu cerca de vinte anos de sucessivos erros acumulados, além da Constituição e promessa democrática que em suas palavras não conseguiriam garantir as necessidades de seu tempo presente:

## A organização constitucional de 1934, vazada nos moles clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espirito do tempo. (VARGAS, 1937, p. 23)

Os empecilhos que levaram ao golpe de Estado se persistissem tornariam inviável estabelecer normas sistematizantes até mesmo na área da educação, como explica o político. Dessa maneira o golpe mascarou-se como reforma em sua declaração para a população, e a maioria da burguesia já havia recebido o golpe com simpatia (ROMANELLI, 1986, p. 50)

Para que que se possa compreender a educação no Estado Novo, há de retomar a transferência do tradicional ao moderno. Com a crise econômica e os acontecimentos de 30 a renda aplicada no setor agrícola passou a ser desviada para a produção industrial visando suprir a renda interna; a imigração e o trabalho assalariado desenvolviam-se, desse modo, e o aparelho do Estado voltava-se a sua reestruturação para fortalecer-se economicamente. A política liberal foi substituída para favorecer o crescimento industrial, e a educação nesses cenários, industrial e capitalista sobretudo no Brasil, prestava-se para fomentar a desigualdade e garantir a reprodução social, como já elucidado nas discussões anteriores, ou seja, uma discussão voltada para a educação e o desenvolvimento, visto que a “proposta do governo de Vargas era [...] a formação do trabalhador ideal nos moldes da nova subordinação do trabalho ao capital” (ALCOFORADO, 2018, p. 1)

A industrialização e a crescente concentração da população nas cidades exigiam medidas para diminuir e combater o alto índice de analfabetismo no país e possibilitar o mínimo de qualificação para o trabalho. Romanelli (1986) explica que a segunda metade do século XIX para os países desenvolvidos representou a implementação das escolas públicas, o estado era o regulamentador da educação, no entanto, esse movimento no Brasil ocorreu mais tardiamente. Em 1930 Vargas já demonstrava em seus discursos uma preocupação com a educação, incluindo-a nas medidas necessárias a serem tomadas para que o país desvinculasse do modelo político antigo, entretanto, foi durante o Estado Novo que o tema apresentou maior relevância ascendendo-se junto as indústrias devido a precisão de mão de obra imediata e especializada.

### Em seu discurso intitulado como a orientação nacional do ensino, o político profere e rememora suas articulações voltadas ao sistema educacional ressaltando que essas estavam sendo pensadas desde o momento em que assumiu a presidência, porém, também fica evidente que se intensificaram com a expansão industrial:

## Precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. Dentro dessas orientações se vem processando, precisamente, desde 1930, a atividade governamental. (VARGAS, 1937, p. 105)

Para além, como nos demais regimes totalitários em exemplo o nazismo, esses ditadores se utilizavam das propagandas para legitimar seu poder, não ocorrendo de modo diferente no Brasil. Getúlio Vargas passou a controlar os meios de comunicação para que servissem aos seus propósitos e desse modo, a educação também serviu como ferramenta para a divulgação do regime. “A escola vai ser entendida como uma arma que poderia ser, que foi bastante utilizada para reafirmar seu poder” (HENN, 2013, p. 1045), respondendo ainda a propagação de seus ideais de estado como a exaltação ao nacionalismo, críticas ao comunismo e valorização da educação profissionalizante.

Algumas outras mudanças educacionais que ocorreram nesse período foi a partir de maior visibilidade dos proletários, bem como com o movimento da chamada Escola Nova que propugnava escola pública para todos. Antes a educação era mais restrita aos filhos dos grandes fazendeiros, uma educação bastante elitizada da qual os trabalhadores eram excluídos e não viam também uma motivação para busca-la. No Estado Novo inclui-se esses sujeitos no processo de qualificação instrucional, mas ressalta-se que essa visibilidade ainda sim, não foi necessariamente benéfica e a educação não perdeu sua caraterística elitista, dividindo-se em propedêutica e técnica, pois educação para os trabalhadores era uma resposta a contingência de mão de obra. Outro exemplo sobre a relação de educação e trabalho no estado novista foi a integração do exercício físico nas fábricas, uma influência do nazismo, como narra Henn (2013), para estimular o desempenho máximo da funcionalidade dos corpos dos trabalhadores.

### A qualificação para o trabalho era uma questão de necessidade para os novos processos econômicos, momento em que se estabelecia uma sociedade urbana brasileira, e, para Vargas, a educação era capaz de refletir a evolução política e cultural do Brasil sob sua orientação, resumindo a educação nesse período datado entre 37 a 45:

## Tem-se, assim a educação do Estado Novo servindo como uma forma de qualificação da mão de obra, assim, mais do que um processo educacional, ela auxiliaria o desenvolvimento econômico do país, produzindo o “homem novo” para esse “novo Brasil” que Vargas deseja construir. (HENN, 2013, p. 1047)

Prosseguindo com o raciocínio e utilizando de suas palavras, para concluir, Getúlio reconhecia que de fato havia problemas na educação brasileira sendo eles antigos e que vieram se proliferando até seu tempo vigente, porém, acreditava e anunciava para o povo que seu novo regime seria suficiente para solucioná-los. Justificava também a implementação do ensino técnico argumentando que era necessário para a economia, ludibriando as classes trabalhadoras de que seus esforços eram mais imprescindíveis nas fábricas do que estimulando-se intelectualmente:

## Seria ingênuo pretender, num país escassamente alfabetizado, produzir, apenas, sábios e pesquisadores, como, da mesma forma, acreditar que o saber extensivo seja bastante para assegurar a reforma dos costumes políticos, a propulsão econômica e o progresso moral. (VARGAS, 1937, p.105)

Desse modo, como forma de contextualização, o Estado Novo começa a ruir já em 1942 durante a Segunda Guerra Mundial, pois, em fevereiro do mesmo ano os alemães afundaram alguns navios brasileiros ocasionando no aumento das manifestações que ocorriam no país clamando liberdade, anistia e democracia. Vale ressaltar que nos anos iniciais da Guerra, Getúlio manteve-se neutro, porém, com o ataque alemão o presidente viu-se obrigado a romper relações com a Alemanha e apoiar as forças que compunham os Aliados, embora estivesse obtivendo lucros para recuperar as jazidas de ferro em Minas, como narra Pomar (2008).

Os anos que se seguiram corroboraram para que os movimentos que se opunham à ditadura varguista ganhassem forças, assim surge o Manifesto dos Mineiros em 1943, demonstrando a hipocrisia de Vargas em manter-se na Guerra lutando contra as forças fascistas, sendo que ele próprio havia instaurado um regime autoritário no país compactuando ainda com os ideais fascistas. Ao mesmo tempo, os comunistas incentivavam as mobilizações populares que reivindicavam democratização e os Estados Unidos por meio de financiamentos igualmente pressionava o presidente a entrar no fronte contra as tropas alemãs, visto que até o momento tinha mantido sua participação de forma tímida cedendo bases militares. Todas essas pressões, a fatal derrota de Hitler e Mussolini e os movimentos pro-democratização que ocorriam mundialmente foram essenciais para que Vargas firmasse mudanças em seu regime, uma vez que o cenário não era favorável a manutenção do autoritarismo.

Em 1945 “Vargas assinou o Ato Adicional nº 9, revogando artigos autoritários da Constituição de 1937” (POMAR, 2008, p. 26). Tanto os grupos conspiradores quanto os comunistas almejavam um golpe contra Getúlio Vargas antes mesmo das eleições de 1945 marcada pelo decreto. O político objetivando um contra golpe lança o nome de Eurico Dutra a presidência e fundou dois partidos, o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e nesse cenário, ascende ainda manifestações de apoiadores de Getúlio, visto que o presidente havia tido um mandato voltado a estimulação da política populista.

Eduardo Gomes e Eurico Dutra que eram os dois candidatos para a presidência trabalhavam juntos para afastar as influências de Vargas. A nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas sendo cotado para chefiar a polícia, foi o estopim para o golpe militar que ocorreu em 1945, não tendo opções de saída Getúlio teve de entregar a presidência ao Supremo Tribunal Federal e “estava extinto o Estado Novo e seu regime político autoritário” (POMAR, 2008, p. 27). No entanto, esse momento e as transformações que ocorreram a partir desse, foram cruciais para que o país contasse com maior participação popular na política até então destinada as elites e avançar na industrialização ingressando em uma modernidade econômica e social.

* 1. **- AS REFORMAS EDUCACIONAIS NA ERA VARGAS:**

### A cultura como já discutido é inseparável da educação, o que significa que educar os indivíduos é também fornecer o processo de enculturação, como defende Dawson (2020), ou seja, o termo diz respeito a transmissão da cultura da sociedade para os sujeitos. Em períodos anteriores, a educação era privilégio de poucos, incialmente aos sacerdotes e por muitos séculos relacionada a igreja, mas essa afirmação também não significa dizer que os homens eram privados da educação, visto que não tem como privar-se da cultura, nesse sentido, refere-se a uma educação básica curricular. Assim:

## Toda tradição educacional comum cria uma visão de mundo comum, com valores morais e intelectuais comuns e uma herança comum de conhecimento, estas são as condições que tornam as culturas conscientes de sua identidade. (DAWSON, 2020, p. 29

Deve-se considerar dois pontos importantes sobre o cenário com Getúlio na presidência, o primeiro seria a relação do homem com a sociedade e o segundo do homem e o trabalho. As reformas que ocorreram não se desvincularam dessas perspectivas, e há de se considerar ainda que no Capitalismo evidencia-se um paradoxo no comportamento humano, pois a ideia de cidadão crítico e ativo socialmente destoa da realidade do homem passivo que se adapta as ordens de uma sociedade burguesa e egoísta. Lombardi explica referindo-se a criação da educação burguesa e suas intenções que: A escola primária pública, universal, gratuita, obrigatória e leiga idealizada e realizada pela burguesia para converter os súditos em cidadãos, não tenha passado de instrumento a serviço da emancipação política. (LOMBARDI, 2016, p. 39)

Assim, as reformas educacionais inspiradas pela burguesia, continuaram promovendo uma educação para a desigualdade, a qual os trabalhadores eram preparados para continuarem em seu processo de exploração, formando duas frentes a de uma educação profissional e uma educação intelectual. A primeira estaria voltada para os trabalhadores, formando-os para tarefas e profissões práticas, enquanto a segunda estaria encarregada de formar as elites que prosseguiriam como dirigentes da sociedade mantendo a organização.

Em 1860 algumas pessoas fora do grupo das elites, ou seja, a classe pobre, começaram a ter acesso à educação através da direção das províncias, mas ainda assim representava um sistema de desigualdades. Até o momento, a educação secundária era destinada a preparar os sujeitos para estudarem nas universidades estrangeiras, com o Ministério da Educação e Saúde e entendendo que Vargas propagava uma política populista, a educação de maneira tímida começava a atender tanto o trabalhador quanto os intelectuais visando combater o analfabetismo. No entanto, para alcançar os objetivos que o político almejava como representante da República a educação precisaria passar por intensas transformações e maior intervenção do Estado.

Nesse contexto ocorreram algumas Reformas, tais como a de 1931 conhecida como Reforma de Francisco Campos[[20]](#footnote-20), esse foi o primeiro ministro da educação no país, assumindo com a posse de Vargas em 1930. As principais medidas de sua reforma foram centradas no ensino secundário que era voltado para a classe alta pretendendo prepará-los para o ingresso no Ensino Superior. A sua organização ocorria com a divisão de cerca de sete anos no total do ensino secundário, sendo cinco voltados ao currículo comum e dois anos específicos para atender aos interesses daqueles que ambicionavam seguir na área jurídica, medica e engenharia.

A educação extremamente elitista e dual de Campos ficou mais clara com o início do desenrolar e surgimento de um ensino profissionalizante, sendo direcionada as classes mais baixas, enquanto aos demais eram reservados a preocupação de ocupar universidades estrangeiras, através de um ensino rigoroso e exames rígidos, em uma sociedade analfabeta e rural, mesmo a educação comercial seria sinônimo de luxo. A proposta do ensino técnico era semelhante à do secundário, totalizando sete anos dividindo-se nos cinco anos de preenchimento de um currículo propedêutico e os dois últimos anos a especificidade dos cursos técnicos oferecidos.

Outras duas inovações educacionais que a Reforma de Francisco Campos (1931) trouxe para o ensino foi a formação de currículos comuns, pois a estrutura educacional passou a ser controlada pelo governo, e a segunda medida a obrigatoriedade dos alunos em pelo menos três quartos das aulas para que pudessem realizar os exames. Como as décadas de 20 e 30 retratam, no Brasil havia efervescia no cenário intelectual e social, e crescia na sociedade um movimento educacional que tomava vez nas discussões: os conhecidos escolanovistas.

As mudanças que ocorriam nos demais países provocados por Reformas, Revoluções, Conflitos e avanços científicos, impulsionaram transformações no campo da educação, a Europa como exemplo vinha modificando-se desde o século XV com a descoberta de um mundo maior chegando até o momento de industrialização como pioneira. No entanto, reconhece-se que a esse exemplo não cabe comparar o Brasil historicamente, o ponto em questão a ser abordado é mecanização da sociedade que valorizava cada vez mais a invenções cientificas e uma educação atrelada a ciência, como Dawson alega “no decorrer do século XVIII, um profundo interesse pelas ideias cientificas se espalhou por todas as classes da sociedade, da corte a burguesia” (DAWSON, 2020, p. 66).

Os reformadores percebiam que com a entrada gradual do país na modernidade, havia a urgência em desenvolver uma educação científica aqui também, pois já ocorria nos demais países não apenas a educação e ciência caminhando lado a lado, mas o incentivo a educação por meio das escolas públicas.

Dentre os pontos defendidos pelo movimento constavam a escola pública, gratuita e laica para toda a população, além de maior cooperação do Estado no sistema educacional, baseando nos ideais democráticos, uma vez que a educação no modelo cristão concentrava seus esforços ao direcionando para a educação moral e para o estabelecimento de uma ordem que se sustentava em estimular a fé divina e manter certos preceitos religiosos em vigor na sociedade.

Ao tornar-se dominante, o modo de produção capitalista induziu a educação impactando-a e promovendo tendências, a principal entre essas seria a de seguir as exigências do mercado, que dessa maneira passou a ser vista como objeto de investimento capitalista e o trabalho como princípio educativo, ideias apresentadas por Lombardi (2016). De maneira suscinta, a educação cunhada pelo liberalismo se passa como direito dos cidadãos, mas forja-se como negócio a serviço do capital respondendo a economia.

No ano de 1934 Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde (MES) e a partir de 1942 promulga as Leis Orgânicas da Educação, igualmente conhecida como Reforma de Capanema, a última reforma educacional da Era Vargas. Essa Reforma está associada ao período do Estado Novo, momento de maior repressão do governo de Vargas e no qual o Estado apresentava maior intervenção principalmente nas pautas econômicas, ou seja, esse modelo educacional instaurado por Capanema objetivava fortalecer o desenvolvimento industrial do Brasil por meio de formação de mão de obra com o ensino profissionalizante.

A nova organização compreendia sete anos no total, no qual quatro anos seriam destinados ao ensino propedêutico e os três últimos anos ao ensino técnico, nesse mesmo período surgem ainda os liceus industriais, que eram construídos nas proximidades das áreas industriais, como apontado por Medeiros (2020). Quanto ao ensino secundário, algumas modificações também constavam nessas Leis sendo dividido em dois ciclos, o ginásio e os colégios. Contudo, a Reforma de Capanema pouco mudou quanto ao cenário dualista da educação brasileira, que ainda se caracterizava como desigual e elitista, sendo fortalecida pelo ensino técnico destinado a classe operária.

 Em um discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas sobre o ensino técnico profissionalizante no ano de 1940, consta de maneira evidente que o intuito dessa modalidade de ensino voltava-se para a necessidade de preparação técnica sendo de fundamental importância para a expansão econômica do país. Vargas defendia que se precisava de técnicos capazes de resolver os problemas relacionados ao crescimento industrial, justificava também que alcançaria a solução apenas por meio do trabalho e da ciência:

## Possuirmos de fato as riquezas da nossa terra e usufruí-las em lugar de guardá-las como avarentos e incapazes, precisamos formar uma geração de técnicos aptos a resolver os problemas do nosso crescimento e a formular a equação do nosso progresso material, que é, na realidade, a base de todo aperfeiçoamento mental e moral. (VARGAS, 1940, p. 165)

Prosseguindo em sua argumentação, salientou que a educação ainda se centrava nos moldes de uma política antiga, e que a implementação do ensino técnico traria o avanço educacional e social que o Brasil precisava, retirando o país do atraso e inserindo-o fortemente na modernidade. Argumentava-se a necessidade de que a nação formasse sujeitos com habilidades para o trabalho, uma vez que a educação técnica teria também como objetivo, nas palavras de Vargas, solucionar a questão da educação elitista, no sentido em que como nem todos da sociedade tinham acesso a ensino básico para esses seriam destinado o ensino técnico:

## Numerosos jovens deixam de receber preparo satisfatório por falta de escolas, enquanto outros prosseguem estudos em desacordo com as suas tendências e meios, ou se debatem no autoritarismo, sem encontrar caminho acertado para suas atividades. (VARGAS, 1940, p. 167)

Durante a Era Vargas e em especial na ditadura varguista, a educação e o sistema escolar tornaram-se espaços para difusão de ideologias políticas tais como o nacionalismo e desenvolvimentismo, para além de um modo do governante buscar legitimar seu poder. Por essa razão a educação nesse contexto pode ser considerada como um instrumento político e uma estratégia para praticar o populismo com a sociedade, argumentando em seus discursos que através de suas estratégias para o sistema de ensino brasileiro iria proporcionar oportunidades para a classe baixa e elevação econômica para o Brasil.

Uma educação a qual trabalha para despertar o nacionalismo, como diz Dawson (2020) assente, se o sujeito não é ensinado desde cedo a incorporar as ideias do governo, o Estado jamais se tornará uma nação. Nesse sentindo, retornando rapidamente a história da educação geral, até o início do século XIX a educação popular ficava a cargo da igreja, tal fato sendo questionado por alguns movimentos tais como o Renascimento[[21]](#footnote-21) no exterior e o Escola Nova[[22]](#footnote-22) no Brasil, pois esses intelectuais percebiam o poder de um sistema educacional que se voltasse ao desenvolvimento social e científico.

No decorrer do Estado Novo o despertar de um ideal nacionalista impulsionou as mudanças educacionais resultando em sua última Reforma e o ensino técnico, ou seja, para modificar o educacional foi preciso uma influência política que se desdobrasse para atender as demandas do estado, no momento as econômicas. No entanto, o ideal a ser seguido na educação deve ser unicamente o do aprendizado que leve os indivíduos a despertarem suas aptidões e não responder aos fins do Estado, mas no momento em que os políticos perceberam que a educação poderia ser um instrumento de poder, o seu controle passou da igreja para o estado.

* 1. **- A REFORMA DE CAPANEMA – A CONCRETIZAÇÃO DA DUALIDADE ENTRE ENSINO TÉCNICO E PROPEDÊUTICO:**

O início do caminho de Getúlio Vargas a presidência da República em relação a economia do país era de instabilidade ocasionada pelas crises externas e internas. Mais uma vez, o período foi de grande efervescência em vários campos, sobretudo o intelectual motivado pelo avanço da ciência impulsionado pelas Guerra e demais eventos. Para solucionar o problema de atraso e crise no contexto brasileiro, duas instituições foram importantes para mobilizar apoio ao governo de Vargas, o exército que vislumbrava um governo centralizador e a igreja objetivando um governo que estabelecesse ordem.

Buscando sanar a crise em 1930 as ações do presidente se voltaram a “tentativa de manter o equilíbrio da oferta de produto e controlar o preço dado a saca de café” (QUADROS, 2013, p. 28), posteriormente ao longo de seus quinze anos de mandato, foram diversas as razões que fizeram Vargas voltar-se a industrialização e o desenvolvimento de uma política trabalhista. Dentre essas razões a entrada do Brasil na modernidade que não poderia mais ser adiada o que significaria abandonar a velha estrutura econômica e social, para realizar essas transformações era necessário recorrer a algumas estratégias de legitimação de seu poder e ideologia, assim, a educação foi fundamental para alcançar o rompimento do velho para o moderno.

Nessa perspectiva sobre a educação, quando Getúlio Dornelles Vargas assume o poder na sociedade brasileira já em 1930 com a sua dita Revolução, uma de suas primeiras medidas que diz respeito a educação no país foi a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES). A partir dessa ação a educação brasileira passou por algumas reformulações, visto que desde a expulsão dos Jesuítas a educação no Brasil vinha enfrentando problemáticas. Medeiros (2020) explica que após a decisão de Marquês de Pombal o ensino estava sendo realizado por aulas régias isoladas, durante o império a situação passa a mudar com a construção de alguns colégios nas capitas, porém, apenas as elites conseguiam ter acesso.

Logo após seu mandato provisório, quando vence nas eleições indiretas de 1934, convida Gustavo Capanema[[23]](#footnote-23) para desempenhar o papel de ministro da educação e saúde a frente do MES. Tanto o presidente quanto o ministro defendiam que a educação seria primordial para o desenvolvimento econômico e social, além de possibilitar a concretização das mudanças que idealizavam.

O estabelecimento do Estado Novo, em 1937, retirou a obrigatoriedade do Estado em cuidar do sistema educacional, no entanto, era vantajoso para Vargas usufruir dessa rede para propagar suas ideologias e suprir com urgências as carências das indústrias que se acendiam. No ano de 1942, Capanema inicia algumas Reformas, contudo, Romanelli (1986) explica que por mais que o governo tivesse optado pelas reformas parciais, a solução estaria centrada em uma reforma integral do ensino. As reformas realizadas por Gustavo Capanema nesse período ficaram conhecidas como Leis Orgânicas, as quais realizaram mudanças no ensino primário e médio.

###  Quadros (2013) elucida ainda que “Capanema desempenhou sua função em uma área em que havia grandes expectativas enquanto a promoção do regime e formação do futuro cidadão brasileiro” (QUADROS, 2013, p. 54), compreendendo que é no momento de formação em que se absorve preceitos e valores e que a união desses e incorporação do cidadão a essas ideologias constituem a nação, a esse resultado ambicionava Vargas. Exemplificando a argumentação:

## As reformas no campo da educação como forma de promover a formação do cidadão de acordo com o projeto de um novo país demonstrava ser de muita importância, o que conferia a Capanema um papel de destaque frente às propostas de readequação na formação educacional. (QUADROS, 2013, p. 54)

O ideal de nação getulista se inspirava na difusão do nacionalismo, portanto, cabia a educação promover um modelo novo de homem para um novo modelo de Estado, que desempenhasse seu papel na sociedade sem questionamentos, pois, a internalização de que sua função social estaria contribuindo para o avanço do país seria mais importante que a criticidade dos papeis atribuídos, principalmente a classe baixa que continuaria subjugada mantendo a ordem reprodutiva.

Entre uma das medidas de Capanema centradas na educação, o ministro elaborou em forma de folheto um questionário, e Schwartzman (2000) conta que estaria intitulado como Questionário para um inquérito, o qual distribuiu para professores, políticos e intelectuais da sociedade brasileira acerca do ensino, continha por volta de 213 perguntas relacionadas a diversas áreas que compõem o programa educacional, o que gerou um plano levado a discussão por instâncias governamentais. O novo Plano Nacional de Educação serviria como documento de base para as instituições escolares públicas e privadas, conhecido como Reforma de Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino, porém as preocupações que levaram o ministro a elaboração dessas, segundo Schwartzman. giraram em torno:

## Em seu conjunto parecia preocupar-se menos em traçar as diretrizes gerais para a educação, como estava previsto pela Constituição, e muito mais em definir condições e procedimentos que permitissem à União total controle, fiscalização e direção da ação educacional em todo país. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 194)

As suas Leis resultaram impactos e transformações em todo sistema educacional, porém, foi no Ensino Secundário que se apresentaram mais duradouras (SCHWARTZMAN, 2000). Sobre as especificidades do ensino secundário promulgadas a partir das Leis Orgânicas do Ensino Secundário de 1942, pouco se mudou da Reforma anterior realizada por Francisco Campos. O ensino ainda estaria divido em dois ciclos, no qual os primeiros anos corresponderiam a uma educação introdutória e os últimos diferentemente, nenhum caráter de uma educação especializada, e o ministro defendia que “o ensino secundário deve ser, por visto, um ensino patriótico por excelência” (ROMANELLI, 1986, p. 156).

Mesmo sem a aprovação do Documento, Gustavo Capanema ficou livre para realizar decretos e Leis, já que em 1937 o Congresso havia sido fechado. A principal diferença do ensino em suas Leis se pautaria no aspecto de educação formadora da força produtiva para o mercado trabalho, no entanto, destinada aos filhos dos trabalhadores, para a elite o ensino secundário que tinha como principal objetivo prepará-los para o ingresso nas universidades, Capanema defendia: Por meio de sua Reforma Educacional, tinha a convicção que o país se desenvolveria por meio dos intelectuais que estivessem à frente da sociedade. Por isso, a necessidade de formar uma elite pensante. (QUADROS, 2013, p. 61)

O Ensino Secundário estaria dividido em ginásio e colégio que abarcaria disciplinas de conhecimento clássico e científicos. O curso ginasial compreendia quatro anos focando no ensino de línguas como Português, Latim, Francês, Inglês e demais disciplinas que atualmente compõem a área das ciências naturais e humanas. Vale ressaltar que no caso das disciplinas de geografia e história, abordavam bastante temáticas acerca do Brasil e seus problemas.

A outra divisão compreendendo o ensino clássico com três anos de duração era composto por disciplinas de linguagem como Português, Grego, Espanhol, Francês e Inglês sendo essas duas últimas optativas, enquanto as demais eram história, matemática e geografia. O curso científico igualmente com duração de três anos tinha como disciplinas a área de linguagens, ciências humanas dividindo a história e geografia em geral e Brasil, além do ensino de filosofia e desenho. Embora houvesse a divisão, os currículos não eram diversificados, contentando praticamente as mesmas disciplinas em todas as séries.

Entretanto, para ingressar no Ensino Secundário havia de realizar um exame, como também era previsto na Reforma de Francisco Campos, demonstrando a seletividade de ingresso e direito a educação de qualidade. Para aqueles que não passavam nas provas não restaria outra possibilidade se não recorrer ao ensino profissional que se voltava a preparação para o ingresso imediato no trabalho, especialmente, nas indústrias.

O Estado Novo potencializou a divisão entre ensino propedêutico e técnico, dispondo como marco o surgimento dos liceus industriais, essa modalidade desde 1930 apresentava como justificava a retirada dos pobres do ócio proporcionando oportunidades de trabalho. Com Vargas o ensino passou a ser regido também para suprir a industrialização, intencionalidade essa mascarada pelo ministro Capanema com o discurso de preocupação com o lado humano dos sujeitos, alvo do despertar de um lado espiritual e patriótico. Por mais que Vargas argumentasse que seu sistema autoritário representaria progresso e propagasse uma política populista:

## O sistema, portanto, vivia bem a contradição das estruturas de poder existentes: de um lado, ele se fundava nos princípios do populismo nacionalista e fascista e, de outro, ele vivia o retrocesso da educação classista voltada para a preparação de lideranças. (ROMANELLI, 1986, p. 159)

Porém, a história do ensino profissionalizante no Brasil é anterior ao governo de Getúlio, iniciando-se em 1909 com o presidente Nilo Peçanha e a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices[[24]](#footnote-24) como iniciativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, assim, como também é notório que a industrialização brasileira não teve sua origem na Era Vargas, ambas, foram apenas modificadas e potencializadas respondendo as tendências da época, posteriormente essas escolas tornaram-se os liceus industriais.

As Leis que regeram o ensino técnico profissional começaram a ser decretadas em 1942, as principais foram: a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), a Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946). Os três projetos de leis organizaram-se de acordo com o carecimento da economia, e tinham que apresentar no mínimo dois ciclos de quatro anos de ensino introdutório e mais quatro de ensino especializado. Romanelli elucida:

## No que concerne o ensino industrial, além do industrial básico de 4 anos, existia, no mesmo ciclo, o curso de mestria, de 2 anos. Já o 2. ° ciclo possuía, além dos cursos técnicos de 3 a 4 anos, o curso de formação de professores (pedagógico) de 1 ano. Ao lado desses cursos de formação estavam previstos na lei cursos artesanais, de duração curta variável, e os de aprendizagem. Os primeiros destinados a dar treinamento rápido, e os de aprendizagem, destinados à qualificação de aprendizes industriais. (ROMANELLI, 1986, p. 155)

Indo ao encontro com as ideias do Ministério do Trabalho que acreditava que o ensino profissionalizante seria isolado recebendo apenas algumas instruções do Ministério da Educação, Capanema defendia que os próprios estabelecimentos, no caso as indústrias, ministrassem o processo de aprendizagem técnico, pois essas teriam precisão e didática adequada para transmitir os ofícios. Assim, cria-se o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (Senai) seguindo as instruções das indústrias e do Ministério do Trabalho. Desse modo, a Lei Orgânica do Ensino Profissional dividia-o em duas categorias, como explica Quadros (2013), as escolas técnicas e industriais seriam destinadas aos alunos que dedicariam o seu tempo ao estudo e o ensino industrial com as escolas de aprendizes para aqueles que já eram trabalhadores industriais.

### O intuito dessas duas categorias para a educação do ensino profissional:

## Foi pensado para acompanhar a tentativa de fortalecer a economia interna do país em duas frentes. Na primeira, as iniciativas governamentais com suporte no Ministério da Educação, que visavam não somente ao desenvolvimento mecânico do operário, mas sim seu lado humano, e, na segunda, os estabelecimentos industriais que almejam suporte do Ministério do Trabalho com o objetivo de dar aos operários instruções gerais e práticas para atuarem nas indústrias que floresciam naquele momento. (QUADROS, 2013, p. 68)

A delegação de tarefas sobre o ensino profissional para as indústrias demonstra como Romanelli (1986) argumenta, a preocupação do governo em engajá-las na qualificação dos sujeitos que serviriam de mão de obra e também na obrigatoriedade de colaboração com a sociedade e o novo modelo de homem moderno para o Estado moderno capitalista e industrial. Mas, igualmente demonstra que o governo não arcaria com altos custos de uma educação que demanda investimentos em equipamentos e a falta de preocupação com a qualidade do ensino, ou seja, a educação que contempla a mediação de conhecimentos teóricos referentes a disciplinas e a formação do indivíduo crítico e autônomo era substituída pelos conhecimentos práticos urgentes naquele lugar que se originava, as indústrias. Complementa Schwartzman: Na realidade, o que o Ministério da Educação defende não é a livre circulação da mão de obra, mas que seu controle fique nas mãos de um Estado ordenador e orientado para fins supostamente mais nobres. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 252 – 253)

Aos adolescentes que ingressavam no ensino profissional, uma vez que o Ministério defendia que esse estaria destinados ao público entre os quatorze a dezoito anos, as indústrias eram obrigadas a empregá-los durante o processo de formação, mas após o término a obrigatoriedade era retirada. De modo geral, o ensino profissionalizante foi uma tentativa explicita do governo em criar alternativas para a organização da economia, visto que esses teriam a possibilidade de apresentar respostas financeiras rápidas com o aumento da mão de obra, sendo interessante para as empresas e a nação.

Gustavo Capanema não organizou apenas o Ensino Secundário e Profissional, reformou também o ensino primário através das Leis Orgânicas do Ensino Primário, uma vez que o índice de analfabetismo no país era alarmante e prejudicial para o desenvolver industrial moderno, pois até aquele momento, o primário ficava a cargo de responsabilidade das iniciativas locais, e para mudar a situação o Estado precisaria intervir. Dentre suas iniciativas destaca-se o valor fixo aos âmbitos municipais e estaduais para o desenrolar de ações e planejamentos voltados ao ensino, tornando-se Lei em 1944 estabelecendo permanência ao Fundo Nacional de Ensino Primário.

A verba seria calculada em torno das crianças de determinada faixa etária que estariam matriculadas nas instituições de todo país e de cada unidade escolar. Segundo Quadros (2013), o ministro Gustavo Capanema alega que seu principal intuito com a iniciativa era de garantir que as crianças estivessem matriculadas no tempo correspondente a idade e séries considerados como normal, alegando ainda que representou melhorias já que houve um aumento de alunos matriculados. Nota-se que as modalidades de ensino como secundário e técnico também tinham a pretensão de formar cidadãos nacionalistas, o ensino primário também apresentava esse objetivo estimulando valores que eram orientados a despertar o respeito e devoção ao hino e bandeira.

A sua estrutura ficou subdivida em duas, ensino primário fundamental e ensino primário supletivo. O primeiro estava dividido ainda em elementar com duração de quatros anos e complementar com mais um ano de duração, sendo especialmente destinados as crianças entre sete a doze anos de idade. O segundo, supletivo, compreendia dois anos de duração sendo destinados a adolescentes e adultos que não obtiveram a certificação no tempo indicado, ambos apresentavam distintas matrizes de ensino, sendo o ensino supletivo mais resumido do que o ensino primário na questão curricular e disciplinar.

Portanto, compreende-se que o período que se inicia em 1937 e finaliza em 1945 que corresponde ao Estado Novo, representou um estímulo a ideologia nacionalista que se propagava através da educação e encontrava força em sua dualidade que por sua vez resultava na desigualdade educacional e social. Destaca-se ainda sobre esse momento na história do país, aspectos como a centralização do poder e políticas intervencionistas na área econômica. Getúlio Vargas embora tivesse instaurado um governo autoritário, visava inserir o Brasil na modernidade, e para tanto acreditava que “o contato com a educação formal era um elemento que transformaria o Brasil, ou seja, levaria ao desenvolvimento social, cultural e econômico” (QUADROS, 2003, p. 116).

### No entanto, esse desenvolvimento e aproveitamento da entrada do país em um contexto moderno industrial seria benéfico apenas para uma parte da população, que beneficiar-se-ia de tais privilégios, assim como dos direitos, sobretudo o direito a educação de qualidade. O ministro Gustavo Capanema proporcionou transformações nesse campo que foram desde o ensino primário ao ensino profissionalizante, contemplando de maneiras distintas as camadas sociais. O ensino primário objetiva erradicar o analfabetismo, o ensino secundário voltado as elites com a finalidade de prepará-los para o ingresso no superior e o ensino profissionalizante aos pobres e formação de proletariado. Recorrendo mais uma vez a Schwartzman, sobre o ensino profissionalizante ele resume:

## Ao final, o Ministro lembra que a educação profissional havia sido, até então, uma educação para os pobres, enquanto os que tinham recurso enviavam seus filhos para as escolas secundárias. Na sua visão, contudo, a estratificação educacional deveria obedecer a critérios estritamente meritocráticos. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 257)

Portanto, o problema aqui trabalhado, é a dualidade presente no sistema educacional brasileiro, principalmente após a implementação da Reforma de Capanema. Essa instaurou uma desigualdade evidente na sociedade brasileira através de manobras políticas que vislumbravam alavancar a economia do país, assim, transformou-se a educação em ferramenta de controle capaz de responder positivamente ao sistema capitalista fornecendo-lhe os sujeitos que precisava para a sua manutenção, ou seja, mão de obra formada pelas escolas técnicas.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Almejando alcançar um pensamento concluinte para finalizar a pesquisa, conclui-se, portanto, a inviabilidade em apresentar uma conclusão pronta e acabada, assim como a história que nunca finaliza, pois mesmo estudando o passado, muito ainda há para se refletir. Nesse sentido entende-se que essa pesquisa pode se somar a muitas que pretendem contribuir para que outras críticas ao sistema educacional brasileiro possam ser realizadas.

Dentre os objetivos que a nortearam, está a busca em conhecer e divulgar como a educação tornou-se uma ferramenta para a reprodução da sociedade capitalista, fragmentada em classes, a partir de uma análise histórica da escola como agente potencializador da desigualdade social entre ricos e pobres no Brasil através do viés do ensino. Objetivou-se também conhecer sobre a dualidade da educação no Brasil, refletindo e levantando hipóteses a partir do Estado Novo em 1937 a 1945 com Getúlio Dornelles Vargas na presidência da República.

Ademais, buscou-se analisar como a modernidade alavancada pelo Estado Novo de Getúlio inferiu no contexto educacional, assim como identificar qual ou quais o (s) sujeito (s) que o capitalismo objetiva formar para a manutenção e reprodução de sua ordem social de acordo com as classes e demonstrar como a Reforma de Capanema em 1942 tornou-se crucial para a dualidade entre uma educação técnica e uma educação propedêutica.

Como já citado na introdução dessa monografia, o ponto de partida foi procurar entender em que medida a educação é pensada pelo Estado Novo para um processo de reprodução dentro do capitalismo industrial? Em que medida a educação responde aos valores das elites consolidadas nas estruturas do Estado? Para responder às questões propostas, utilizou-se de algumas fontes e bibliografias para trazer à discussão sobre a modernidade dentro do capitalismo, partindo de dois entendimentos, o primeiro que Getúlio Vargas foi consolidador de uma modernidade industrial no país e que a mesma foi, portanto, sinônimo de desigualdade.

No desenrolar do estudo foi possível compreender que a história educacional brasileira especificamente no conhecido Estado Novo (1937 – 1945), foi marcada por uma busca pela modernização, pois Getúlio Vargas intencionava não apenas romper com certas características da estrutura oligárquica possibilitando nascer uma burguesia industrial, e tornar o país hegemonicamente industrializado, apresentando ainda outro diferencial, a busca pela nacionalidade. Dessa maneira, a educação passa por mudanças significativas iniciadas já com a primeira reforma do governo Vargas, a Reforma Francisco Campos (1931), a qual substancialmente serviu como base para a segunda e última reforma do governo, a Reforma de Capanema (1942).

Ambas buscavam medidas para caracterizar o ensino secundário em um cenário de Brasil denominado moderno, com intuito de atender as demandas que surgiam com o desenvolver do industrialismo e a necessidade de mão de obra, como também a fim de evidenciar o rompimento que Getúlio Vargas objetivava para a sociedade, formando ainda através dessas mudanças e da educação uma ferramenta de legitimidade de seu poder. Ressaltando que a passagem do governo de caráter constitucionalista (1934 – 1937) para o Estado Novo (1937 – 1945) representou o momento de maior centralização e autoritarismo do então presidente, assim, a Reforma de Capanema visou uma reestruturação educacional para se adequar as finalidades de cunho político, ou seja, o ensino secundário sendo pensado dentro de um contexto conservador e nacionalista.

 A Reforma acentuou algumas disputas já existentes com setores ligados à Escola Nova, demonstrando a necessidade de refletir sobre o papel social do ensino que favorecia apenas uma classe social, pois almejava formar sujeitos vinculados com a elite, para ser esses os dirigentes, condutores e intelectuais do Brasil. Desse modo, a divisão do ensino se constituiu em dois ciclos, Ciclo Ginasial com duração de quatro anos a nível de conhecimento básico e o Ciclo Colegial com duração de três anos e formação voltada pra o ingresso no ensino superior.

A seletividade do ensino secundário começava já no seu modo organizacional, pois, para o ingresso no Ciclo Colegial era necessária a realização de exames de admissão e de suficiência e licença. Nesse sentido, a Reforma de Capanema embora tenha ocorrido em um cenário de modernização e fomento da urbanização, pode ser descrita como conservadora que privilegiava alguns evidenciando a desigualdade social de cunho econômico e cultural presente em boa parte da história do país até o momento trabalhado, potencializando-se por meio da educação.

Se a educação de qualidade era fornecida à classe dominante, resultando na concentração do poder ainda nas mãos de poucos, para a classe menos favorecida era destinado o ensino técnico, que não permitia o acesso ao ensino superior, porque eram oferecidos conteúdos mínimos somente para o ingresso no mercado de trabalho imediato. Em suma, as reformas educacionais tendem atender as demandas políticas dos períodos em que são centradas, construindo perfis sociais dos sujeitos necessários para a manutenção da ordem, de tal modo as Leis Orgânicas do Ensino atribuíram à educação um caráter humanista e nacionalista, atentando-se em fornecer o melhor para a elite condutora do país, e uma educação técnica aos desfavorecidos economicamente.

Como já evidenciado, acredita-se que a educação foi prioritariamente naquele momento capaz de ser pensada e estruturada para favorecer a ordem capitalista das classes sociais, na qual as escolas seriam agentes potencializadores desse processo, por meio do legado deixado através da Reforma de Capanema durante o governo de Getúlio Vargas, o qual mesmo superada foi crucial para desenvolver ideais a respeito da educação propedêutica e técnica, mantendo em evidência as desigualdades desde então, formando o sujeito que o capital precisa para a sua manutenção.

O grande problema do dualismo existente no sistema educacional do período da Era Vargas e demais períodos da história do país, está relacionado a oferta da educação para as diferentes camadas sociais. Em especial, durante o Estado Novo, as classes mais pobres buscavam a educação primária e a educação profissionalizante, tal fato ocorria quando esses ainda viam na escolarização uma chance de melhoria de vida, pois, por muitos anos o Brasil foi predominantemente agrário.

Ainda que a educação técnica tenha representado uma “oportunidade” para as outras camadas adentrarem no sistema educacional, essa modalidade é passível a muitas críticas além da pretensão em capacitar mão de obra rápida e barata, as Leis Orgânicas de Capanema não eram suficientes para suprir as necessidades de formação que essa modalidade de ensino e as indústrias precisavam, pois exigia investimentos e recursos materiais.

É evidente que o ensino profissionalizante era procurado principalmente por aqueles que vislumbravam a urgência em preparar-se para um ofício, assim, o ensino secundário e superior continuou sendo destinado para as elites, pois esses tinham tempo para dedicar-se ao ensino escolar e almejarem uma profissão de *status*. Desse modo, a manutenção desse caráter dual na educação que se potencializou com a Reforma de Capanema, decorria por dois fatores, sendo esses atrelados a suprir necessidades econômicas do país para a superação de crises e adentrar na modernidade industrial, e o segundo para a manutenção da estrutura social capitalista, dessa maneira, a educação classificava os sujeitos socialmente se caracterizando como um sistema de desigualdade social.

Assim como Getúlio Vargas, as ambições de Gustavo Capanema se respaldavam em medidas que priorizavam a modernização nacional, os projetos implementados pelo ministro se realizaram sobretudo a partir das instituições de ensino, que foram utilizadas como ferramenta de legitimação do poder centralizador do ex presidente Vargas. É compreensível, que de fato e devido as mudanças nos âmbitos mundiais decorrentes de transformações, descobertas e conflitos, o Brasil carecia de mudanças internas que também se refletiam no cenário educacional, no entanto, a educação durante esse período passou a formar sujeitos para a reprodução. A entrada do país na modernidade industrial que Vargas e Capanema ambicionavam, ocorreu com as escolas destinando-se à formação de mão de obra e não sujeitos para a autonomia.

Como Nelson Mandela já proferiu em alguns dos seus discursos, a educação é uma arma, entretanto, tão pouco muda o mundo sozinha, há de ser utilizada para uma finalidade. Como exposto ao longo de todo o trabalho, essa finalidade foi a de controle social, pela igreja ou pelo Estado, sendo uma ferramenta de legitimação, legitimando até mesmo governos autoritários. Contudo, a mesma não pode ser vista apenas dessa forma, como uma arma ela pode mudar os sujeitos e consequentemente esses mudam as sociedades, assim a educação adquire um caráter transformador ao invés de reprodutor.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALCOFORADO, Fernando. Impactos da tecnologia na era Vargas e na era contemporânea no Brasil. **Socialismo Criativo**, set., 2018.

ALMEIDA, Grasiany Sousa; SANTOS, Maria Irilene. Teoria da reprodução social e as desigualdades educacionais. **REV. Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 1 – 15, 2019.

BAUMAN, Zygmunt; Tradução Carlos Alberto Medeiros. Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRASIL. Presidente (1930 – 1945: Getúlio Vargas). Por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da República, 03, nov. 1930. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas>. Acesso: 11 de novembro de 2021.

BRASIL. Presidente (1930 – 1945: Getúlio Vargas). Proclamação ao povo brasileiro,10, nov. 1937. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas>. Acesso: 11 de novembro de 2021.

BRASIL. Presidente (1930 – 1945: Getúlio Vargas). Orientação nacional ao ensino,02, dez. 1937. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas>. Acesso: 11 de novembro de 2021.

BRASIL. Presidente (1930 – 1945: Getúlio Vargas). O ensino técnico profissional, 05, jan. 1940. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas>. Acesso: 11 de novembro de 2021.

CÁSSIO, Fernando [org.]. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1° edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAWSON, Christopher. A crise da educação ocidental. 1° edição. São Paulo: É Realizações, 2020.

DRESCH, Paulo Cesar. **Feuerbach e a ideia de Deus: a natureza como confluência intrínseca entre o homem e a religiosidade**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 03, Ed. 09, Vol. 11, pp. 62-69 setembro de 2018.

DUFFES, Gabriel Lopes. Da Revolução de 1930 ao Golpe de 1937 (Estado Novo). **In: Revista Digital Simonsen**. Rio de Janeiro, novembro de 2020.

FAUSTO, Boris. Olhando para dentro: 1930 – 1964. Edição 4. São Paulo: Objetiva, 2013.

FILHO, Celso Martins Azar. Considerações esparsas sobre a relação entre virtude, natureza e educação no Renascimento. **Revista princípios UFRN**, Rio Grande do Norte: v. 6, n. 7, p. 03 – 27, jan. /dez. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio [org.]; CIAVATTA, Maria [org.]. A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado médio técnico. Brasília: INEP, 2006.

GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. 6° edição. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Centeno. A educação escolar durante o período do Estado Novo. **Revista Latino-americana de história**, Porto Alegre: v.2, n.6, agosto de 2013.

JUNIOR, João Feres. Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico. **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 28 – 41, jul/dez. 2010.

LOMBARDI, José Claudinei. Crise capitalista e educação brasileira. Minas Gerais: Navegando publicações, 2016.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Era Vargas: a educação como instrumento político. **Id on Line** **Rev. Mult. e de psic.** v. 14, n. 50, p 835 – 853, maio, 2020.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento social. 3° edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República - o brasil na virada do século XIX para o XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44.

OLINDA, Sílvia Rita Magalhães de. Educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana: n. 29, p. 153 – 162, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Silvia Andreia Zanelato de Pieri; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação para o mercado X educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 2, Passos Fundos, p. 155 – 167, jul./dez., 2019.

PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. 3° edição. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, Jefferson de Almeida; SILVA, Marcela Fernandes; SANTOS, Gabriella Machado Neves. O “aborto de Júlio Prestes na campanha presidencial de 1929-1930. **Revista Hydra.** v. 5, n. 9, abril de 2021.

POMAR, Wladimir. Era Vargas: a modernização conservadora. 1 edição. São Paulo: Ática, 2008.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 18° edição. São Paulo: Cortez editora, 2001.

QUADROS, **Raquel dos Santos. Gustavo Capanema: a organização do ensino primário brasileiro no período de 1934 – 1945.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de ciências humanas, letras e artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

RIBEIRO, Elisabete Aparecida. Democracia pragmatismo e Escola Nova no Brasil. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.4, n. 2, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 8º edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marcos do. Brasil, 1930 – 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p. 131 – 149, jun. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Valdice Barbosa da; NUNES, Karla Lécia Barros; SILVA, Thamyres Ferreira da; SILVA, Vitória Carolina Santos. Educação e reprodução social: um estudo sócio histórico de seu processo. In: CONEDU (Congresso Nacional de Educação), V, Recife, 2018.

SOUZA, Paulo Rogério de; FERREIRA, Magda Maria de Marchi; BARROS, Marta Silene Ferreira. História da criação da escola pública como instrumento da formação da educação burguesa. In: IX Congresso Nacional de Educação, III encontro sul brasileiro de psicopedagogia, Paraná, 2009.

VARES, Sidnei Ferreira. Educação como fato social: uma análise sobre o pensamento pedagógico de Durkheim. **Revista Educação**, V. 6, n°. 1, 2011.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Getúlio Vargas. 2° edição. São Paulo: Editora Três, Brasil 21, 2004. (Biblioteca de história: grandes personalidades de todos os tempos: 15).

1. A educação no contexto do Renascimento possui como rumos pedagógicos o humanismo, instruindo o homem renascentista a manter uma relação fundamental com a natureza, por sua vez, a educação humanista apresenta como característica a valorização do mundo Greco-Romano enquanto uma experiência exemplar, ou seja, via-se a antiguidade como um modelo ético. Devido a tomada de consciência histórica nesse momento, passou a definir-se o que se relacionava ao medieval como barbárie, desse modo, tendo que ser superada através da modernidade e ciência, promovendo algo novo, assim se entende o Renascimento e educação nesse período. Dentre as principais preocupações pedagógicas, lista-se uma educação capaz de tornar os educandos bons, valorosos, moldar seu caráter, mas também seu corpo e espírito tendendo-se aquilo que é por natureza. [↑](#footnote-ref-1)
2. Reforma Protestante é o nome dado ao movimento em ocorreu em 1517 dentro do Cristianismo, movimento esse liderado pelo monge Martinho Lutero, apresentando como ponto de partida de suas ideias reformistas suas 95 teses. [↑](#footnote-ref-2)
3. A educação jesuítica marcou o início da história da educação no Brasil, sendo esses os educadores por cerca de 210 anos no país. Dentre suas intenções centrava-se a difusão da cultura europeia e propagação da fé cristã, ou seja, seus fundamentos e pressupostos eram religiosos catequizando a princípio os indígenas.

Os jesuítas implementaram a educação primária com nível de instrução simples, a fim de alfabetizar os filhos dos índios e dos portugueses e a educação média, que foram as escolas destinadas aos brancos na tentativa de formar mestres e intelectuais. As primeiras instituições de ensino criadas por influência desse grupo localizavam-se em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. [↑](#footnote-ref-3)
4. Termo aqui empregado que se refere as mudanças dos seres humanos nas sociedades desse contexto, incluindo homens e mulheres tratando-se de ambos os sexos, sobretudo a partir do século XVIII com a expansão comercial mobilizando homens, mulheres e crianças explorados pelo Capitalismo. [↑](#footnote-ref-4)
5. Marquês de Pombal implementou uma política proibindo o uso da língua geral e também oficializou o ensino criando escolas régias, momento esse em que a educação passa a ser direcionada pelo Estado. [↑](#footnote-ref-5)
6. Durante o Império e a Primeira República as instituições escolares eram predominantemente escolas privadas administradas pela Igreja Católica. As primeiras escolas públicas surgem após a Revolução de 1930 com Getúlio Vargas. [↑](#footnote-ref-6)
7. Anísio Teixeira foi o mais importante seguidor das ideias deweyanas no Brasil, tendo recebido aulas como o mesmo nos Estados Unidos na década de 1920. Teixeira entendia a escola sendo capaz de ser apta de inserir os indivíduos em sociedade seguindo os princípios da liberdade e de responsabilidade com o coletivo, defendendo ainda entre demais princípios o da laicidade. [↑](#footnote-ref-7)
8. Compreendendo a Modernidade dentro da lógica da linha histórica temporal, o conceito designa a passagem de tempo que marca a transição do que conhecemos como Idade Média iniciando a Idade Moderna, sendo esse resultado do evento histórico conhecido como Queda de Constantinopla que ocorreu em 1453. Para além, Idade Moderna é uma convenção ocidental, versão linear e eurocêntrica para a escrita da história. Modernidade e Modernização não devem ser compreendidas como iguais, pois a segunda passa pela natureza tecnológica e a modernidade passa a manifestar-se com o fim do Feudalismo. [↑](#footnote-ref-8)
9. A Didática da História é uma área do conhecimento que tem por objetivo analisar os processos de aprendizado da história, ou seja, a busca por uma didática que possibilite as ferramentas para a transposição do saber histórico. O conceito que surgiu na Alemanha a partir da década de 1960, originou-se visando responder a crise de legitimidade da ciência histórica e do papel do ensino de história nos sistemas educacionais. [↑](#footnote-ref-9)
10. Ludwig Andreas Feuerbach (1804 – 1872) foi um filósofo alemão, educado no protestantismo, orientando seus estudos dentro da teologia, porém ao entrar em contato com as ideias de Friedrich Hegel abandonando as doutrinas religiosas para tornar-se seu aluno, provocando mudanças em seus pensamentos. Posteriormente passa a ser reconhecido por defender o ateísmo humanista e a influência de seus pensamentos sobre as teorias de Karl Marx. [↑](#footnote-ref-10)
11. O Castilhismo pode ser definido como uma doutrina política guiada pelos ensinamentos de Comte, nesse sentido, a orientação é a de que a origem do poder está centrada no saber. A corrente política foi instituída por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, com vigência amparada na Constituição do Rio Grande do Sul de 1981, indo de 1981 a 1945 difundida nacionalmente por Getúlio Vargas, influenciado pela doutrina. Algumas de suas características são a centralização dos poderes no Executivo, instauração de um estado modernizador, estado intervencionista e regulador principalmente na área da economia e moralizador da sociedade. [↑](#footnote-ref-11)
12. Quando Getúlio chega a Ouro Preto outro rapaz de uma família de elite conhecidos pelo sobrenome Prado chega ao mesmo tempo. Ocorre uma desavença entre Viriato Vargas e Prado que já era conhecido por envolver-se em brigas, há um clima de tensão entre os alunos gaúchos e paulistas e durante uma briga de rua Prado veio a falecer ao tomar um tiro. O júri do Ouro Preto absolveu os jovens Vargas, mas esse tornou-se o motivo para o retorno dos três filhos de Manuel que se encontravam em Ouro Preto para estudarem, para São Borja. [↑](#footnote-ref-12)
13. O acordo pelo qual as elites de São Paulo representando os cafeeiros e Minas Gerais a pecuária, se revezavam no governo federal. [↑](#footnote-ref-13)
14. Júlio Prestes de Albuquerque, nasceu em 1882, presenciando os últimos anos do governo monárquico e nascimento da República. Tornou-se advogado pela Universidade de São Paulo, político brasileiro em 1909 dividindo o oficio com as atividades parlamentares, foi também o último presidente do país eleito no período da República Velha, no entanto, impedido pela Revolução de 1930 de efetivamente tomar posse do cargo, em grande parte devido a escolha de Washington Luís de romper o rodizio político entre São Paulo e Minas Gerais ascendendo descontentamentos, principalmente entre os tenentes que percorreram o Brasil com a bandeira da Revolução.

A indicação de seu nome surge devido a sua boa trajetória política e renome familiar, visto que seu pai Fernando Prestes de Albuquerque foi presidente do Estado de São Paulo entre os anos de 1902 – 1906. Júlio Prestes exerceu sua função no Congresso Legislativo de 1909 a 1923. Em 1924 a 1927 tornou-se Deputado na Câmara Federal, com a morte de Carlos Campos foi indicado a presidente do estado de São Paulo. Duramente a gestão de W. Luís, foi eleito líder de governo. Após a Revolução de 30 foi exilado do país por dois anos. [↑](#footnote-ref-14)
15. Os constituintes da classe média moderna podem também apresentar a nomenclatura de classe empresarial urbana, setor social que se formou a partir da criação da indústria no final do século XIX. Estavam ligados a oligarquia agraria, porém, não detinham poder, não participavam das grades decisões políticas, e econômicas, até mesmo as que diziam respeito as atividades industriais. [↑](#footnote-ref-15)
16. O principal Partido Comunista, baseava-se no apoio da Aliança Nacional Libertadora e contava ainda com o apoio de alguns militares oriundos do movimento tenentista. Sob a liderança desses, passaram a conspirar e realizar um levante militar sob a direção da ANL. O governo obteve informações sobre o levante e em novembro de 1935 quando os revoltosos começaram a se levantar contra quarteis a polícia agiu imediatamente e conseguiu conter os aliancistas. Aproveitando da situação Getúlio Vargas declarou luta contra os comunistas ganhando apoio de algumas camadas sociais, implantando em seguida o Estado Novo. [↑](#footnote-ref-16)
17. Zygmunt Bauman expressa em suas teorias que o Capitalismo representa a transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumo, ou seja, a modernidade. No entanto, nessa sociedade, embora esteja referenciando-se ao consumo de bens materiais, eles próprios tornam-se mercadorias vendáveis. No sentido descrito no texto, e partindo das analises de Karl Marx, uma vez que Bauman era seu leitor, os proletários também são a grosso modo mercadorias, pois estão vendendo a sua força de produção, porém, para sua subsistência. Assim sendo, como tudo que é vendável, os homens também são compráveis, recebendo nessa lógica um salário que corresponde suas horas de trabalho. [↑](#footnote-ref-17)
18. Política que visa obter o apoio das classes sociais mais pobres através da concessão de alguns direitos ou promessas que os beneficiassem. [↑](#footnote-ref-18)
19. O Plano Cohen foi uma suposta tentativa de tomada de poder pelos Comunistas em 1937. Getúlio Vargas utilizou-se dessa tentativa para instaurar o Estado Novo no mesmo ano. O Plano previa a mobilização dos trabalhadores através de uma greve geral, eliminação das autoridades e uma revolta comunista. Em 1945 o general Góis Monteiro revela a farsa que foi o Plano Cohen e que esse foi utilizado apenas visando legitimar o golpe. [↑](#footnote-ref-19)
20. Francisco Luís da Silva Campos, nasceu em Minas Gerais no ano de 1891. Formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1914, atuou na área como advogado e jurista. Em 1919 inicia-se na carreira política elegendo-se a deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro.

Aproveitou-se das causas do movimento Escola Nova para promover uma reforma educacional em Minas Gerais, após assumir a secretaria do Interior do estado. Em 1929 com a pretensão da quebra do rodizio na política café com leite, demonstra apoio a Getúlio Vargas, participando ainda do movimento armado que ocorreu em 1930.

Assumiu a direção do Ministério da Educação e Saúde, preterindo atenção aos problemas educacionais de Minas. Promoveu a reforma do ensino secundário e universitário brasileiro, deixando o Ministério no ano de 1932 sendo precedido por Gustavo Capanema.

Participou das conspirações contra João Goulart e com a implantação do regime militar colaborou na criação dos Atos Institucionais. Morrem no ano de 1968 em Belo Horizonte. [↑](#footnote-ref-20)
21. [↑](#footnote-ref-21)
22. [↑](#footnote-ref-22)
23. Gustavo Capanema Filho, natural de Minas Gerais, nasceu no ano de 1900. Se formou no curso de direito em 1923 ainda no Estado de Minas Gerais e ingressou na vida política em 1927 como vereador. Durante as eleições de 1930 foi apoiador de Getúlio Vargas devido a coligação de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. No mesmo ano tornou-se secretário do Interior e Justiça.

Adepto ao movimento revolucionário que depôs o ex presidente Washington Luís, chegou a trabalhar também ao lado de Francisco Campos para a formação da Legião de outubro, ou seja, uma organização política articulada pelos tenentes, além de apoiar Vargas novamente durante a Revolução de 1932.

Em 1933 assumiu de maneira interina a interventoria do Estado de Minas, porém foi substituído pela nomeação de Benedito Valadares, indicado por Getúlio. Como forma de recompensa, Capanema é nomeado a Ministro da Educação e Saúde pelo presidente, permanecendo no cardo de 1934 a 1945 com o fim do Estado Novo. Durante sua gestão interferiu nas reinvindicações do Movimento Escola Nova defendendo uma educação laica e das contestações da Igreja que visava interferência na educação, Capanema obteve maior êxito com a Igreja Católica.

Defendia também uma educação para promover o nacionalismo e intervenção do Estado ditando o modo de vida social, uma educação técnica criando o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Após o fim do Estado Novo filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) se elegendo deputado federal de Minas Gerais. Chegou a filiar-se ao partido Aliança Renovadora Nacional (Arena) durante a ditadura militar e encerrou sua carreira política no ano de 1979 no Senado Federal, morre em 1985 no Rio de Janeiro. [↑](#footnote-ref-23)
24. Essas instituições de ensino buscavam desenvolver o ensino profissional primário gratuito, almejando formar operários. O próprio termo denota sua condição, visto que artífices remete-se a sujeitos que trabalham com esforço físico braçal e aprendizes para aqueles que estariam iniciando o seu processo de aprendizagem nos ofícios. [↑](#footnote-ref-24)